



# Análise Conjuntural da Economia e do Comércio

Novembro  
2016

N.º 98

**Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná**

Presidente: Darci Piana

Diretor Superintendente: Eduardo Luiz Gabardo Martins

Rua Visconde do Rio Branco, 931 – 6º andar

CEP 80410-001 – Curitiba – PR – Telefone (41) 3883-4500

[www.fecomerciopr.com.br](http://www.fecomerciopr.com.br) – [federacao@fecomerciopr.com.br](mailto:federacao@fecomerciopr.com.br)

Elaboração: Departamento Econômico da Fecomércio - PR

Apoio de Área: Ricardo Glatz

O conteúdo desta "Análise Conjuntural da Economia e do Comércio" é publicado mensalmente no site da Federação do Comércio do Paraná. Os acessos poderão ser feitos através do site: [www.fecomerciopr.com.br](http://www.fecomerciopr.com.br)

## **CONJUNTURA: SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS**

Os fatos políticos institucionais vivenciados no Brasil no bimestre agosto-setembro do corrente ano permitiram o surgimento em vários segmentos da sociedade, de uma grande expectativa em relação a mudanças na economia brasileira. Mudanças estas que levariam a efeitos multiplicadores como: ampliação dos investimentos do setor privado na economia, contenção da velocidade do surgimento de desempregos e início de recuperação da criação de novos empregos, etapas importantes para marcar um início de recuperação em ramos importantes da economia.

A carga de dificuldades predominantes na conjuntura econômica nacional era de uma dimensão tão extensa que veio a criar o anseio de surgimento de correções e recuperação, que, na verdade, exigiriam um tempo maior e também que não ocorressem novos desvios e desajustas e que não comprometessem a estabilidade político- institucional do país.

No entanto, o cenário que predominou a partir de novembro, não foi o esperado pelos agentes econômicos, pelos setor produtivos e para a ampliação/ recuperação da entrada de investimentos estrangeiros diretos.

Neste momento, início de dezembro, o que se constata na conjuntura interna é uma espécie de frustração do sistema produtivo brasileiro. Pois o esperado não veio e as expectativas para o primeiro semestre de 2017, apontam para a continuidade do ambiente de dificuldades e restrições na economia. Algumas das providências a serem adotadas na economia, são necessárias e não podem ser questionadas, devido a intensidade dos problemas carentes de correção. Sabe-se, no entanto, que surgirão impactos restritivos na economia, pelo menos a curto prazo, de diferentes intensidades. Os fatores restritivos poderão até produzirem um efeito em cadeia, com ocorrências adicionais.

Ao governo, cabe providenciar políticas emergenciais específicas: setoriais, ou regionais para aquecimento, que permitam minorar o quadro de restrições esperado nesse momento e o ambiente psicológico negativo que poderá predominar.

Como fatores positivo importantes existentes atualmente, podem ser destacados:

- a) Queda da inflação: em 2016 deverá ser menor que 7,0% e, em 2017, poderá estar mais próxima de Meta de Inflação do Banco Central: 4,5%;
- b) As contas externas apresentam melhorias em 2016, tendência que deverá ser mantida em 2017: a balança comercial será positiva e superior à de 2015; as importações – demanda do exterior caíram significativamente;
- c) As reservas cambiais- estoque de divisas do BC, deverão manter o padrão atual, suficiente para as necessidades do país.

Extremamente importante no contexto brasileiro atual é a garantia de estabilidade: institucional, política, social e econômica, juntamente com a liberdade de empreender, todas interdependentes e essenciais para a recuperação e crescimento da economia brasileira.

	Apresentação	03
	Sumário	04
	Tabelas	05
<b>I</b>	<b>Nível de Atividade Econômica</b>	<b>07</b>
	<b>1. Produto e Renda</b>	07
	1.1 O PIB Total do Brasil e do Paraná	07
	1.2 O PIB do Brasil por Setores e Subsetores	08
	1.3 Demanda Agregada	09
	1.4 Brasil: Grandes Agregados- Evolução de Oferta e Demanda	10
	<b>2. Mercado de Trabalho</b>	12
	2.1 Mercado de Trabalho Brasileiro	12
	2.2 Mercado de Trabalho Paranaense	13
	2.3 Taxa de Desocupação	14
	<b>3. Nível de Salário</b>	15
	3.1 Salário Mínimo no Brasil	15
	3.2 Salário Mínimo no Paraná	16
	<b>4. Nível de Preços</b>	17
	4.1 Introdução	17
	4.2 Meta da Inflação	17
	4.3 Taxa de Inflação	18
	<b>5. Taxa de Juros e Poupança</b>	19
	<b>6. Mercado de Ações</b>	20
	<b>7. Risco País</b>	21
	<b>8. Variação do Dólar</b>	22
<b>II</b>	<b>Atividade Empresarial</b>	<b>23</b>
	<b>9. Comércio Varejista no Paraná</b>	23
	9.1 Desempenho	23
	<b>10. Abertura de Empresas no Paraná</b>	27
	<b>11. Falências Decretadas no Brasil</b>	28
	<b>12. Crédito: Demanda e Inadimplência</b>	29
	12.1 Demanda de Crédito	29
	12.2 Inadimplência	29
	<b>13. Nível de Utilização da Capacidade Produtiva Instalada-NUCI na Indústria</b>	30
<b>III</b>	<b>Setor Público</b>	<b>31</b>
	<b>14. Arrecadação do Governo</b>	31
	<b>15. Dívida Pública Federal Interna - DPFI</b>	32
	<b>16. Superávit Primário</b>	33
	<b>17. O ICMS no Paraná</b>	34
<b>IV</b>	<b>Relações com o Exterior</b>	<b>35</b>
	<b>18. Comércio Exterior Brasileiro</b>	35
	18.1 Providências de Estímulo às Exportações ou Defesa da Produção Interna	41
	<b>19. Comércio Exterior Paranaense</b>	42
	<b>20. Investimento Estrangeiro Direto - IED na Economia Brasileira</b>	48
	<b>21. Dívida Externa Brasileira</b>	49
	21.1 Distribuição da Dívida: Governo e Setor Privado	49
	<b>22. Reservas Cambiais</b>	50

**TABELAS**

<b>01</b>	Produto Interno Bruto	07
<b>02</b>	Brasil: Produto Interno Bruto por Setor e Subsetor de Atividade	08
<b>03</b>	Brasil: Variação Percentual do PIB Trimestral	08
<b>04</b>	Brasil: Distribuição da Demanda Agregada	09
<b>05</b>	Brasil: Agregados do PIB em valores correntes	10
<b>06</b>	Brasil: Participação percentual dos setores no valor adicionado	10
<b>07</b>	Brasil: Componentes da demanda no PIB	10
<b>08</b>	Brasil: Exportação por Intensidade Tecnológica	11
<b>09</b>	Brasil: Importação por Intensidade Tecnológica	11
<b>10</b>	Brasil: Criação de Empregos por Setor de Atividade Econômica	12
<b>11</b>	Paraná: Criação de Empregos por Setor de Atividade Econômica	13
<b>12</b>	Brasil e Curitiba: Taxa de Desocupação	14
<b>13</b>	Brasil: Salário Mínimo	15
<b>14</b>	Paraná: Salário Mínimo	16
<b>15</b>	Índice de Preços	17
<b>16</b>	Taxa de Inflação e Meta da Inflação	18
<b>17</b>	Variação da Taxa de Juros SELIC do Banco Central	19
<b>18</b>	Poupança	19
<b>19</b>	Bolsa de Valores de São Paulo	20
<b>20</b>	Risco País	21
<b>21</b>	Variação do Dólar	22
<b>22</b>	Variação das Vendas	24
<b>23</b>	Variação das Vendas	24
<b>24</b>	Vendas Comparadas ao Mês Anterior	26
<b>25</b>	Vendas Comparadas ao Mesmo Mês do Ano Anterior	26
<b>26</b>	Vendas Acumuladas no ano Comparadas ao Ano Anterior	26
<b>27</b>	Vendas nos Polos de Comércio Pesquisados pela Fecomércio-Pr	26
<b>28</b>	Abertura de Empresas no Paraná	27
<b>29</b>	Falências no Brasil	28
<b>30</b>	Indicador Serasa Experian de Demanda do Consumidor por Crédito	29
<b>31</b>	Indicador Serasa Experian de Inadimplência	29
<b>32</b>	Nível de Utilização da Capacidade Produtiva Instalada na Indústria	30
<b>33</b>	NUCI – Por Setor	30
<b>34</b>	Evolução da Arrecadação do Governo Federal	31
<b>35</b>	Participação da Carga Tributária no PIB	31
<b>36</b>	Dívida Pública Federal Interna	32
<b>37</b>	Desempenho do Superávit Primário - Governo Federal e Banco Central	33
<b>38</b>	Paraná: Arrecadação de ICMS por Setor de Atividade	34
<b>39</b>	Brasil: Balança Comercial	35
<b>40</b>	Brasil: Intercâmbio Comercial	36
<b>41</b>	Brasil: Intercâmbio Comercial MERCOSUL	37
<b>42</b>	Brasil: Principais Produtos Exportados para o MERCOSUL	38
<b>43</b>	Brasil: Principais Produtos Importados do MERCOSUL	38
<b>44</b>	Exportações Brasileiras para países das três Américas: do Sul, Central e do Norte	39
<b>45</b>	Importações Brasileiras de países das três Américas: do Sul, Central e do Norte	39
<b>46</b>	Brasil: Principais Produtos Exportados	40
<b>47</b>	Brasil: Principais Produtos Importados	40
<b>48</b>	Balança Comercial brasileira - com e sem petróleo e derivados - FOB	40
<b>49</b>	Paraná: Balança Comercial e Corrente de Comércio	42
<b>50</b>	Paraná: Intercâmbio Comercial MERCOSUL	43
<b>51</b>	Paraná: Principais Produtos Exportados do MERCOSUL	44
<b>52</b>	Paraná: Principais Produtos Importados do MERCOSUL	44
<b>53</b>	Paraná: Principais Países De Destino De Produtos	45
<b>54</b>	Paraná: Principais Produtos Exportados	45
<b>55</b>	Paraná: Principais Blocos Econômicos de Destino e Origem De Produtos	46
<b>56</b>	Paraná: Principais Empresas Exportadoras	46
<b>57</b>	Paraná: Principais Empresas Importadoras	46
<b>58</b>	Paraná: Exportação – Totais por Fator Agregado	47
<b>59</b>	Paraná: Balança Comercial dos Maiores Exportadores Municipais	47
<b>60</b>	Investimento Estrangeiro Direto no Brasil	48
<b>61</b>	Dívida Externa Brasileira	49
<b>62</b>	Brasil: Participação da Dívida Externa	49
<b>63</b>	Brasil: Reservas Cambiais	50



# I. NÍVEL DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

## 1. PRODUTO E RENDA

### 1.1. O PIB do Brasil e do Paraná (\*)

No 2.º trimestre de 2016, o PIB da economia brasileira, comparado ao mesmo trimestre de 2015, teve queda de 3,8% ( após apresentar contenção de 5,4% em relação ao 1.º trimestre de 2015) em valores correntes. Em 2016, a variação real do PIB brasileiro nos dois primeiros trimestres apresentou queda de 4,9%. Um desempenho que é preocupante, especialmente se considerado em uma projeção anualizada, em um contexto com extremas limitações econômicas e políticas identificadas nesse momento no país. O desempenho de cada setor no PIB no 2.º trimestre de 2016 em relação ao trimestre imediatamente anterior foi : a) Agropecuária caiu 2,0%; b) Indústria aumentou 0,3%; c) Serviços teve queda de 0,8%.

Os números referentes ao desempenho nos seis trimestres mais recentes de divulgação do PIB, de janeiro de 2015 a junho de 2016, a economia brasileira conviveu com diversos indicadores restritivos: a) juros SELIC elevados ; b) inflação ascendente em 2015, e início de contenção em 2016; c) queda na produção de bens industriais; d) investimentos públicos aquém do necessário; e) esgotamento da capacidade de endividamento do consumidor e do respectivo poder de compra; f) contenção da oferta de financiamentos; g) queda na indústria da construção civil e setor imobiliário; h) inadimplência em ascensão; i) elevação do desemprego acumulado e redução na criação de novas oportunidades de trabalho.

As políticas de aquecimento do governo federal adotadas desde 2007, demonstraram ter atingido o “*esgotamento*” no biênio 2013-2014, e que se intensificou em 2015. Não foi mantido o crescimento esperado no consumo das famílias. Um efeito paralelo à contenção do Investimento/Formação de Capital Fixo foi a redução de empregos, desestímulo à produção e restrições às inovações e modernização tecnológica.

O PIB do ano de 2015 foi o que apresentou a maior queda percentual desde 2010, refletindo os erros nas políticas econômicas do governo federal, principalmente no que se refere ao volume de gastos públicos. Num país onde a infraestrutura apresenta diversos gargalos, justifica-se a adoção de políticas estruturais, de médio e longo prazo, destinadas à superação de deficiências em setores básicos: estradas, ferrovias, portos, energia, etc., que permitam ao sistema produtivo atender questões importantes para expandir os investimentos na economia. No entanto as políticas estruturais e de médio e longo prazo estiveram aquém do necessário.

TABELA 1 – PRODUTO INTERNO BRUTO  
(Em R\$ Milhões)

Período	Brasil			Paraná(1)			Participação PR / BR (%)
	Valor a Preços Correntes de Mercado	Variação Nominal Sobre o Ano Anterior (%)	Variação Real (%)	Valor a Preços Correntes de Mercado	Variação Nominal Sobre o Ano Anterior (%)	Variação Real (%)	
	1	2	3	4	5	6	7
2007	2.718.032	12,79	6,0	161.582	18,28	6,7	5,94
2008	3.107.531	14,33	5,0	179.263	10,94	4,3	5,77
2009	3.328.174	7,10	-0,2	189.992	5,99	-1,3	5,71
2010	3.885.847	20,52	7,6	217.290	14,37	10,0	5,59
2011	4.373.658	12,55	3,9	239.366	10,16	5,7	5,47
2012	4.805.913	9,88	1,8	255.767	6,85	1,8	5,43
2013	5.316.455	14,85	3,0	332.837	16,70	5,6	6,26
2014	5.521.256	3,85	0,1	308.986	7,17	0,8	5,43
2015	5.904.331	3,82	-3,8	376.095	21,72	-2,8	6,37
2016	1.530.413	3,84	-4,9	--	--	--	--

Fonte: Brasil: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Banco Sidra – Contas Econômicas) (Consulta em 28/09/2016)

Paraná: www.ipardes.gov.br – (Indicadores Econômicos – Produto Interno Bruto) (Consulta em 28/09/2016)

Os resultados para o Estado do Paraná, nos anos de 2014 e 2015, são estimativas preliminares do IPARDES

\*Iparades ainda não atualizou as informações referentes a 2016.

## Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

## 1. PRODUTO E RENDA

## 1.2. O PIB do Brasil por Setores e Subsetores

TABELA 2 – BRASIL: PRODUTO INTERNO BRUTO POR SETOR DE ATIVIDADE (1)  
(A Preços Correntes - Em R\$ Milhões)

Setores e Subsetores	2015 2º TRI	2015 3º Tri	2015 4º Tri	2016 1º Tri	2016 2º Tri	2016 - 2º TRI		Variação 2015/2014
						Variação % trimestr e anterior	Participa ção % do Setor no PIB Total	
<b>AGROPECUÁRIA</b>	<b>76.093</b>	<b>64.264</b>	<b>49.245</b>	<b>88.530</b>	<b>90.761</b>	<b>2,52</b>	<b>5,93</b>	<b>1,8</b>
<b>INDÚSTRIA</b>	<b>263.602</b>	<b>295.223</b>	<b>295.173</b>	<b>257.638</b>	<b>281.762</b>	<b>9,36</b>	<b>18,41</b>	<b>-6,2</b>
1. Extrativa mineral	24.978	29.964	24.688	10.401	<b>12.698</b>	<b>22,09</b>	<b>0,83</b>	4,9
2. Transformação	130.892	147.425	151.638	130.324	<b>149.460</b>	<b>14,68</b>	<b>9,77</b>	-9,8
3. Construção civil	74.764	81.795	82.504	78.859	<b>79.880</b>	<b>1,30</b>	<b>5,22</b>	-7,7
4. Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	32.967	36.038	36.343	38.054	<b>39.723</b>	<b>4,39</b>	<b>2,60</b>	-1,4
<b>SERVIÇOS</b>	<b>879.231</b>	<b>907.708</b>	<b>969.220</b>	<b>913.932</b>	<b>945.564</b>	<b>3,46</b>	<b>61,78</b>	<b>-2,7</b>
1. Comércio	136.179	157.091	159.920	150.036	<b>155.719</b>	<b>3,79</b>	<b>10,17</b>	-8,8
2. Transporte, armazenagem e correio	52.287	56.489	52.037	52.586	<b>53.780</b>	<b>2,27</b>	<b>3,51</b>	-6,5
3. Serviços de informação	42.118	39.097	42.161	37.925	<b>38.897</b>	<b>2,56</b>	<b>2,54</b>	-0,3
4. Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relativos	91.019	97.572	103.595	113.693	<b>112.341</b>	<b>-1,19</b>	<b>7,34</b>	0,2
5. Outros serviços (2)	206.555	217.860	223.614	215.697	<b>221.537</b>	<b>2,71</b>	<b>14,48</b>	-2,8
6. Atividades imobiliárias e aluguel	132.707	125.938	129.228	129.595	<b>131.591</b>	<b>1,54</b>	<b>8,60</b>	0,3
7. Administração, saúde e educação públicas	218.365	213.662	258.665	214.401	<b>231.700</b>	<b>8,07</b>	<b>15,14</b>	0,0
<b>Impostos líquidos sobre produtos</b>	<b>209.391</b>	<b>214.184</b>	<b>217.988</b>	<b>213.737</b>	<b>212.325</b>	<b>-0,66</b>	<b>13,87</b>	<b>4,9</b>
<b>PIB : preços de mercado</b>	<b>1.428.318</b>	<b>1.481.380</b>	<b>1.531.627</b>	<b>1.473.837</b>	<b>1.530.413</b>	<b>3,84</b>	<b>100,00</b>	<b>-3,7</b>

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Valores a Preços Correntes) (Consulta em 28/09/2016)

TABELA 3 – BRASIL: VARIAÇÃO PERCENTUAL DO PIB TRIMESTRAL

Período	Sobre Mesmo Trimestre do ano Anterior	Sobre o Trimestre Anterior			
		PIB TOTAL	Agropecuária	Indústria	Serviços
<b>2013</b>	--	<b>3,0</b>	<b>8,4</b>	<b>2,2</b>	<b>2,8</b>
2º Tri	4,1	1,5	3,8	3,7	1,5
3º Tri	2,8	0,6	-0,7	0,1	0,5
4º Tri	2,4	-0,2	-0,2	-1,1	0,1
<b>2014</b>	--	0,1	0,4	-1,2	0,7
1º Tri	2,7	0,7	2,8	0,7	0,5
2º Tri	-1,2	-1,1	-1,2	-2,5	-0,6
3º Tri	-0,6	0,1	-1,7	0,5	0,3
4º Tri	-0,2	0,0	1,6	-0,4	0,0
<b>2015</b>	--	-0,7	4,8	-0,7	-0,9
1º Tri	-1,6	-1,9	-2,7	-4,3	-0,7
2º Tri	-2,6	-1,9	-2,7	-4,3	-0,7
3º Tri	-4,5	-1,7	-2,4	-1,3	-1,0
4º Tri	-5,9	0,6	-8,0	-4,4	-1,4
<b>2016</b>	--	--	--	--	--
1º Tri	-5,4	-0,3	-0,3	-1,2	-0,2
2º Tri	-3,8	-0,6	-2,0	0,3	-0,8

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais) (Consulta em 28/09/2016)

(1) Os resultados trimestrais do Paraná não foram divulgados.

(2) O segmento sob denominado outros serviços inclui: Serviços auxiliares à agricultura, agentes de comércio e representação comercial, serviços auxiliares financeiros, dos seguros de previdência complementar e limpeza urbana e esgoto.



**1. PRODUTO E RENDA****1.3. Demanda Agregada**

A demanda agregada de uma economia é a soma de: 1) consumo de famílias; 2) consumo do governo; 3) investimento bruto interno (formação de capital fixo mais variação de estoques); 4) balança comercial: exportações (demanda do exterior de produtos da economia brasileira) menos importações (demanda brasileira de bens produzidos no exterior). O investimento bruto interno-IBI considera investimentos públicos e privados (inclui também investimento do exterior na economia interna); todavia, não contabiliza o investimento de nacionais feitos em outros países.

O IBI dos dois trimestres de 2016 foi menor que o do mesmo período de 2015. Cada componente da demanda agregada em 2015 representava o elevado grau de restrições vivenciados pela economia no período, muito acima do previsto pelo governo. E a tendência de queda, verificada no 1.º semestre, talvez possa melhorar no último trimestre de 2016, na sequência dos efeitos das alterações político-institucionais no país no período agosto-setembro/de 2016. A queda nos investimentos se reflete em queda no PIB e no emprego, além de efeitos complementares como esgotamento ou contenção do poder de compra do consumidor, maior comprometimento da renda e redução do impacto das políticas de incentivo ao consumo, queda na massa de salários, maior desindustrialização, retração do varejo, além da contração significativa e continuada da economia.

O consumo das famílias-CF vem apresentando em 2016 queda em relação aos percentuais anteriores de desempenho, e na velocidade de crescimento do consumo das famílias). O consumo do governo-CG se apresenta com as limitações da contração da receita do governo. A balança comercial apresenta tendências de melhoria, comparada a 2015, mais relacionados às exportações do que às importações.

Os efeitos decorrentes desse cenário não poderão ser superados neste exercício fiscal, principalmente quando as projeções atuais apontam nova queda no PIB em 2016 que deverá superar os 3,0%. Ou seja, em dois anos- 2015 e 2016- o PIB do país deverá ter queda de aproximadamente 8,0%. No momento, as expectativas dos empresários apontam para a possibilidade de melhorias tão somente a partir do 2.º semestre de 2017.

**TABELA 4 – BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA AGREGADA**  
(A Preços Correntes - Em R\$ Milhões)

Tipo de Demanda	2014 3ºTri	2014 4ºTri	2015 1ºTri	2015 2ºTri	2015 3ºTri	2015 4ºTri	2016 1ºTri	2016 2ºTri
<b>Consumo das famílias</b>	<b>865.507</b>	<b>914.069</b>	<b>887.763</b>	<b>896.149</b>	<b>937.195</b>	<b>976.767</b>	<b>946.616</b>	<b>959.971</b>
<b>Consumo da administração pública (ou Governo)</b>	274.122	324.889	272.586	298.286	289.137	342.765	282.786	307.916
<b>Investimento Bruto Interno</b>	<b>290.020</b>	<b>253.110</b>	<b>297.200</b>	<b>248.947</b>	<b>263.064</b>	<b>212.747</b>	<b>244.636</b>	<b>248.331</b>
Formação bruta de capital fixo	279.673	276.993	276.736	254.226	268.430	256.808	249.030	256.741
Variação de estoque	10.348	-23.883	20.464	-5.279	-5.366	-44.061	-4.395	-8.410
<b>Balança Comercial</b>	<b>-32.136</b>	<b>-46.002</b>	<b>-49.540</b>	<b>-15.064</b>	<b>-8.016</b>	<b>-652</b>	<b>-201</b>	<b>14.195</b>
Exportações	171.620	158.417	152.545	188.897	211.906	216.340	195.408	207.435
Importações (-)	203.756	204.419	202.085	203.961	219.922	216.992	195.609	193.240
<b>Demanda Agregada Total</b>	<b>1.397.513</b>	<b>1.446.066</b>	<b>1.408.009</b>	<b>1.428.318</b>	<b>1.481.380</b>	<b>1.531.627</b>	<b>1.473.837</b>	<b>1.530.413</b>

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Valores a Preços Correntes) (Consulta em 28/09/2016)

## 1.4. Brasil: Grandes Agregados- Evolução de Oferta e Demanda

TABELA 5 – Brasil: Agregados do PIB em valores correntes  
(A Preços Correntes - Em R\$ Milhões)

Período	Agropecuária	Indústria	Serviços	Va	Impostos líquidos sobre produtos	PIB pm	Despesa de consumo das famílias	Despesa de consumo da administração pública	Formação bruta de capital fixo	Variação de estoques	Exportação de bens e serviços	Importação de bens e serviços (-)
2007	120 206	628 933	1 568 156	2 317 296	400 736	2 718 032	1 628 510	509 124	491 115	52 257	362 548	325 522
2008	141 721	720 086	1 762 397	2 624 204	483 326	3 107 531	1 857 401	578 633	605 663	71 772	420 881	426 819
2009	149 449	730 810	1 964 638	2 844 897	483 277	3 328 174	2 063 996	646 738	639 191	-8 311	361 680	375 120
2010	160 322	903 768	2 239 738	3 303 828	583 007	3 886 835	2 341 155	738 966	800 353	46 813	417 270	457 722
2011	190 570	1 010 346	2 517 928	3 718 844	655 921	4 374 765	2 637 009	817 368	902 885	51 174	501 802	535 473
2012	210 416	1 012 968	2 771 049	3 994 433	718 663	4 713 096	2 908 410	909 613	952 524	6 280	563 573	627 304
2013	240 290	1 131 810	3 166 496	4 538 596	77 7859	5 316 455	3 276 050	1 007 780	1 113 772	41 560	620 077	742 784
2014	262 346	1 104 721	3 351 837	4 718 904	802 352	5 521 256	3 449 807	1 114 901	1 090 116	18 650	635 910	788 127
2015	263.626	1.149.415	3.642.326	5.055.367	848.964	5.904.331	3.741.855	1.192.401	1.072.458	-26.687	770.084	845.779
2016*	179.291	539.400	1.859.497	2.578.188	426.062	3.004.250	1.906.587	590.702	505.772	-12.805	402.843	388.849

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Publicação completa) (Consulta em 28/09/2016)

TABELA 6 – BRASIL: Participação percentual dos setores no valor adicionado

Especificação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>AGROPECUÁRIA</b>	<b>5,6</b>	<b>5,9</b>	<b>6,1</b>	<b>5,3</b>	<b>5,5</b>	<b>5,3</b>	<b>5,7</b>	<b>5,6</b>	<b>5,4</b>	<b>7,0</b>
<b>INDÚSTRIA</b>	<b>27,8</b>	<b>27,9</b>	<b>25,4</b>	<b>28,1</b>	<b>27,5</b>	<b>26,0</b>	<b>24,9</b>	<b>23,4</b>	<b>22,4</b>	<b>20,9</b>
Extrativa Mineral	2,3	3,2	1,3	3,0	4,1	4,3	4,1	4,0	2,2	0,9
Transformação	17,0	16,6	15,8	16,2	14,6	13,0	13,0	10,9	11,0	10,9
Construção Civil	4,9	4,9	4,9	5,7	5,8	5,7	5,4	2,0	6,5	3,0
Prod. e distrib. de eletricidade, gás, água, esgoto e limp.urb.	3,6	3,1	3,4	3,2	3,1	3,1	2,3	6,5	2,7	6,2
<b>SERVIÇOS</b>	<b>66,6</b>	<b>66,2</b>	<b>68,5</b>	<b>66,6</b>	<b>67,0</b>	<b>68,7</b>	<b>69,4</b>	<b>71,0</b>	<b>72,2</b>	<b>72,1</b>
Comércio	12,1	12,5	11,8	12,5	12,6	12,7	12,7	12,1	11,8	11,9
Transporte, armazenagem e correio	4,8	5,0	5,1	5,0	5,1	5,4	5,3	4,5	4,3	4,1
Serviços de informação	3,8	3,8	3,7	3,2	3,0	2,9	2,6	3,7	3,3	3,0
Intermediação financeira, seguros, prev. complementar e Serv. Relac.	7,7	6,8	7,3	7,5	7,4	7,2	7,0	6,7	7,6	8,8
Outros Serviços	14,2	14,1	15,1	14,3	14,5	15,7	15,7	10,2	17,0	10,1
Ativ. imobiliárias e aluguéis	8,5	8,2	8,4	7,8	7,9	8,2	8,3	17,0	10,4	17,0
Adm., saúde e educação públicas	15,5	15,8	17,0	16,2	16,3	16,6	17,7	16,8	17,9	17,3
Valor adicionado a Preços Básicos	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Impostos sobre Produtos	16,3	17,5	16,2	17,2	17,3	17,9	17,9	17,0	17,0	16,5
PIB a Preços de Mercado	<b>116,3</b>	<b>117,5</b>	<b>116,2</b>	<b>117,2</b>	<b>117,3</b>	<b>117,9</b>	<b>117,9</b>	<b>117,0</b>	<b>117,0</b>	<b>116,5</b>

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Publicação completa) (Consulta em 28/09/2016)

TABELA 7 – BRASIL: Componentes da demanda no PIB (%)

Período	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Consumo das famílias	59,9	59,8	62,0	60,2	60,3	61,7	61,6	62,5	63,4	63,5
Consumo do governo	18,7	18,6	19,4	19,0	18,7	19,3	19,0	20,2	20,2	19,7
FBCF+variação de Estoques	20,0	21,8	19,0	21,8	21,8	20,3	21,7	20,1	17,7	16,8
Exportações de bens e serviços	13,3	13,5	10,9	10,7	11,5	12,0	11,7	11,5	13,0	13,4
Importações de bens e serviços	(12,0)	(13,7)	(11,3)	(11,8)	(12,2)	(13,3)	(14,0)	(14,3)	(14,3)	12,9
PIB a preços de mercado	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Publicação completa) (consulta em 28/09/2016)

## 2. MERCADO DE TRABALHO

### 2.1. Mercado de Trabalho Brasileiro

O mercado de trabalho no País tem como um dos indicadores a criação de empregos, resultante do número de empregados admitidos menos o de demitidos, fornecido pelo CAGED.

No período janeiro- outubro de 2016, os empregos criados no Brasil foram positivos apenas para Agropecuária e para a Administração Pública. Os demais continuaram negativos, ou seja, o número de admitidos foi menor que os demitidos.

As categorias de mercado em uma economia correspondem a quatro grandes segmentos em uma abordagem macroeconômica: 1) mercado de bens e serviços, no qual ocorrem a demanda e a produção e a oferta; 2) mercado monetário-financeiro, que abrange oferta e demanda de moeda e bolsa de valores (inclui o mercado de capitais); 3) mercado externo, caracterizado por exportações e importações; e 4) mercado de trabalho. Neste, ocorre oferta e demanda de mão-de-obra na economia e a utilização da força de trabalho disponível e economicamente ativa.

Devido a fatores sazonais, o mês de dezembro, tradicionalmente, gera poucos empregos na Indústria de Transformação, pois as encomendas do comércio para o Natal são efetuadas preferencialmente, de agosto a outubro. A valorização cambial do dólar no começo de 2016 permitiu crescimento das vendas da indústria exportadora para o exterior, o que abriu espaço para ampliar empregos neste ramo da Indústria no período. Fatores sazonais podem resultar em contenção do emprego no primeiro trimestre do ano, período em que a indústria e o comércio ainda estão avaliando tendências de mercado para o restante do ano. Tradicionalmente, o 1.º trimestre do ano, a geração de emprego é menor que nos demais meses.

Por outro lado, o Comércio gera mais empregos temporários no final de ano (e datas comemorativas) e demite pouco nesses períodos, até como estratégia de atendimento da demanda adicional de dezembro. Em dezembro de 2015, as vendas tiveram desempenho abaixo do verificado em igual período de 2014, o que contraiu empregos temporários. Na verdade, a intensidade e amplitude das crises econômica e política predominantes no país, contribuíram para conter ou adiar investimentos e poder de compra, num ambiente de incertezas, que restringiu a criação de empregos, devido a perda de dinamismo da demanda.

<b>TABELA 8 – BRASIL: CRIAÇÃO DE EMPREGOS POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA</b> (Número de Empregos Admitidos menos o Número de Demitidos)						
<b>Setor</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016 Jan-Out</b>
<b>INDÚSTRIA</b>	<b>472.288</b>	<b>256.847</b>	<b>244.446</b>	<b>-267.816</b>	<b>-1.048.250</b>	<b>-382.609</b>
Extrativa Mineral	19.538	10.928	2.680	-2.348	-14.039	-7.438
Transformação	218.138	86.406	126.359	-163.817	-608.878	-142.563
Serviços Industriais de Utilidade Pública	9.467	10.223	8.383	4.825	-8.374	-7.801
Construção Civil	225.145	149.290	107.024	-106.476	-416.959	-224.807
<b>SERVIÇOS</b>	<b>1.410.934</b>	<b>1.040.019</b>	<b>870.853</b>	<b>665.179</b>	<b>-503.942</b>	<b>-430.991</b>
Comércio	459.841	372.368	301.095	180.814	-218.650	-246.932
Administração Pública	16.126	1.491	22.841	8.257	-9.238	15.608
Outros Serviços (*)	934.967	666.160	546.917	476.108	-276.054	-199.667
<b>AGROPECUÁRIA</b>	<b>83.227</b>	<b>4.976</b>	<b>1.872</b>	<b>-370</b>	<b>9.821</b>	<b>61.784</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.966.449</b>	<b>1.301.842</b>	<b>1.117.171</b>	<b>396.993</b>	<b>-1.542.371</b>	<b>-751.816</b>

Fonte:www.mte.gov.br (Consulta em 28/11/2016)

(\*) **Outros Serviços** conforme o CAGED, é formado por: a) Instituições financeiras; b) administração de imóveis e serviços técnicos profissionais; c) transporte e comunicação; d) alojamento, alimentação reparação e manutenção; e) médicos odontológicos; f) ensino.(\*) CAGED

**2. MERCADO DE TRABALHO****2.2. Mercado de Trabalho Paranaense**

Para o Paraná, os números do CAGED de janeiro-outubro/ 2016, foram negativos. O desempenho mais fraco no período foi da Indústria, seguida do Comércio Varejista. O total de empregos criados caiu muito, influenciado pela crise econômica no país e que repercutiu sobre o Paraná. A queda no emprego decorre, pelo lado da oferta, de contenção dos investimentos no varejo e diminuição nas vendas e, do lado da demanda, redução do poder de compra da população, queda na massa de salários e ampliação da inadimplência. As taxas elevadas de juros limitam tanto a oferta quanto a demanda.

Em 2015, os empregos criados no Paraná foram negativos, tendência que deverá ser mantida em 2016. Até 2014, o cenário da economia para geração de emprego era o inverso do que vigorou em 2015 e do que aponta 2016: ocorreu até em alguns ramos que a demanda de mão-de-obra não foi atendida, devido qualificação insuficiente. Era comum até meados de 2014 o trabalhador escolher o emprego em função da melhor remuneração e benefícios como: assistência-saúde, vales alimentação e transporte. A perspectiva de carreira não era prioritária. Havia grande rotatividade de mão-de-obra e dificuldades em preencher vagas em alguns setores do varejo: supermercados e hipermercados; hotéis, bares e restaurantes; e lojas franqueadas que buscam adequar o trabalhador aos padrões da loja/marca. Uma característica desses ramos era contratar trabalhadores para 1.º emprego, sem experiência anterior e o treinamento ser ofertado na empresa. A indústria enfrentou carência de mão-de-obra qualificada em segmentos específicos para "acabamento" na construção civil.

O cenário conjuntural mudou bastante desde 2015 e, no Brasil, destacou-se a queda na geração de empregos, o que levou o trabalhador a aceitar as ofertas de trabalho existentes e possíveis. Em 2016, a intensidade do desemprego permanece e pode ser classificada como dramática, uma tendência que não deverá ser alterada no ano.

**TABELA 9 – PARANÁ: CRIAÇÃO DE EMPREGOS POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA**  
(Número de Empregos Admitidos menos o Número de Demitidos)

Período	Indústria (1)	Serviços				Agropecuária e Outros	Total
		Comércio Varejista	Comércio Atacadista	Administração Pública (2)	Outros Serviços (3)		
<b>2007</b>	<b>54.535</b>	<b>25.146</b>	<b>5.356</b>	<b>575</b>	<b>30.996</b>	<b>5.753</b>	<b>122.361</b>
<b>2008</b>	<b>36.478</b>	<b>26.656</b>	<b>6.411</b>	<b>-408</b>	<b>35.686</b>	<b>6.080</b>	<b>110.903</b>
<b>2009</b>	<b>21.264</b>	<b>18.572</b>	<b>4.183</b>	<b>2.069</b>	<b>27.377</b>	<b>-4.381</b>	<b>69.084</b>
<b>2010</b>	<b>41.527</b>	<b>33.831</b>	<b>5.159</b>	<b>340</b>	<b>53.125</b>	<b>-2.375</b>	<b>131.607</b>
<b>2011</b>	<b>36.721</b>	<b>26.672</b>	<b>6.597</b>	<b>1.876</b>	<b>51.557</b>	<b>493</b>	<b>123.916</b>
<b>2012</b>	<b>41.809</b>	<b>26.864</b>	<b>5.910</b>	<b>1.573</b>	<b>50.357</b>	<b>6.110</b>	<b>132.623</b>
<b>2013</b>	<b>18.711</b>	<b>22.254</b>	<b>5.881</b>	<b>2.112</b>	<b>39.196</b>	<b>2.195</b>	<b>90.349</b>
<b>2014</b>	<b>-4.969</b>	<b>9.779</b>	<b>3.728</b>	<b>586</b>	<b>32.050</b>	<b>-162</b>	<b>41.012</b>
<b>2015</b>	<b>-62.118</b>	<b>-13.526</b>	<b>482</b>	<b>162</b>	<b>-4.659</b>	<b>2.516</b>	<b>-77.143</b>
Out	-6.539	-321	-55	108	-1.291	-597	-8.695
Nov	-9.572	3.033	33	40	-839	-212	-7.517
Dez	-24.303	-4.307	-1.319	-371	-13.244	-1.571	-45.115
<b>2016</b>	<b>-15.018</b>	<b>-9.418</b>	<b>1.008</b>	<b>431</b>	<b>726</b>	<b>698</b>	<b>-21.573</b>
Jan	2.183	-4.039	422	-55	2.508	53	1.072
Fev	-1.423	-3.274	964	199	908	576	-2.050
Mar	-2.336	-1.416	-258	189	-159	125	-3.855
Abr	-2.488	351	-582	6	1.233	317	-1.163
Mai	-2.462	-101	72	86	-923	-60	-3.388
Jun	-4.335	-1.496	-37	16	-1.738	460	-7.130
Jul	-1.872	-1.639	95	191	-2.203	-190	-5.618
Ago	-215	241	144	-151	1.102	-588	533
Set	-1.352	1.097	-101	7	525	237	413
Out	-718	858	289	-57	-527	-232	-387

Fonte: www.mte.gov.br (Consulta em 28/11/2016)

(1) Indústria compreende os ramos: 1) extrativa mineral; 2) transformação; 3) serviços industriais de utilidade pública; 4) construção civil.

(2) Compreende: administração pública, saúde e educação pública.

(3) O CAGED estabelece: a) Instituições financeiras; b) administração de imóveis e serviços técnicos profissionais; c) transporte e comunicação; d) alojamento, alimentação reparação e manutenção; e) médicos odontológicos; f) ensino.

(\*) Resultados acrescidos de ajustes conforme CAGED; a variação relativa tem por base: estoques do mês atual e de dezembro do ano t-1, ambos com ajuste.

(\*\*) A diferença entre a somatória de 2014 e os números dos meses respectivos se deve a ajustes efetuados pelo CAGED, entidade que fornece os dados.

## 2. MERCADO DE TRABALHO

### 2.3. Taxa de desocupação

O IBGE extinguiu o cálculo da taxa de desemprego. A partir dessa mudança vigora a taxa de desocupação, conforme Tabela 10.1, que também contém as explicações sobre os conceitos utilizados. O que passa a ser considerado é o índice PNAD- Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios, que mede a Taxa de Desocupação. É mais ampla e contempla um número maior de cidades. A PNAD do trimestre Ago-Out de 2016 indica uma taxa de desocupação de 11,8% para o Brasil. A explicar esse cenário estão: esgotamento das políticas de incentivo ao consumo, recessão na economia, em especial na indústria onde prevalece um grande desemprego e redução no PIB industrial, elevação tributária, contenção do consumo das famílias, perda do poder de compra, queda no varejo em geral, contenção dos investimentos, juros altos e inflação anualizada acima da meta de 4,5% do Banco Central. A geração de emprego está em crise e o mercado de trabalho das grandes empreiteiras de obras públicas tem maior queda, onde dentre os motivos cabe mencionar o corte dos gastos públicos nas obras do governo.

Em 2013-2014, pela metodologia anterior, os indicadores indicaram situação de quase pleno-emprego, com maior salário real médio, muito estimulado pelo crescimento do setor serviços. A taxa calculada pelo IBGE tinha como base 6 regiões metropolitanas. Um indicador com baixo desemprego pode pressionar o salário real médio e impactar preços e inflação.

**TABELA 10- BRASIL E CURITIBA: TAXA DE DESEMPREGO**

Período	Taxa de Desemprego Variação %	
	Brasil	RM Curitiba (1)
2006	10,0	6,9
2007	9,3	6,2
2008	7,9	5,4
2009	8,1	5,4
2010	6,8	4,5
2011	6,0	3,7
2012	5,5	3,9
2013	5,4	--
2014	4,8	--
2015	6,8	--

**TABELA 10.1 - PNAD: TAXA DE DESOCUPAÇÃO**

Período	Taxa de Desocupação Variação %	
	Brasil	Sul
2013 2º Tri	7,40	4,30
3º Tri	6,90	4,10
4º Tri	6,20	3,80
<b>2013</b>	<b>7,13</b>	<b>4,25</b>
2014 1º Tri	7,10	4,30
2º Tri	6,80	4,10
3º Tri	6,80	4,20
4º Tri	6,50	3,80
<b>2014</b>	<b>6,80</b>	<b>4,10</b>
2015 1º Tri	7,94	5,10
2º Tri	8,31	5,52
3º Tri	8,88	5,99
4º Tri	8,96	5,70
<b>2015</b>	<b>8,52</b>	<b>5,58</b>
2016 1º Tri	10,09	7,35
2º Tri	11,6	5,17
Ago-Set-Out	11,8	--

Taxa de desocupação: Percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho, [Desocupados / força de trabalho] x 100.

Pessoas desocupadas: São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho nessa semana, que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho que iriam começar após a semana de referência.

Pessoas na força de trabalho: As pessoas na força de trabalho na semana de referência compreendem as pessoas ocupadas e as pessoas desocupadas nesse período.

Fontes: Brasil: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) - (Indicadores - Trabalho e rendimento - mensal) - (Consulta em 30/11/2016).  
RM Curitiba: [www.ipardes.gov.br](http://www.ipardes.gov.br) - (Indicadores Econômicos - Mercado de Trabalho) - (Consulta em 28/11/2016)

(1) IPARDES é o órgão responsável pelos dados do desemprego na Região Metropolitana de Curitiba.  
Taxa anual calculada internamente pela FECOMERCIO - Média dos trimestres do ano

### 3. NÍVEL DE SALÁRIO

#### 3.1. Salário Mínimo no Brasil

O salário mínimo, com correção anual definida pelo governo federal, tem a variação definida pela inflação acumulada nos 12 meses anteriores e mais um percentual variável de produtividade. É um valor de referência para a remuneração no país.

Os trabalhadores do comércio têm sua remuneração estabelecida a partir de uma correção igual ao valor da inflação sobre o salário anterior mais os percentuais de itens negociados na data base entre os sindicatos representativos das categorias de trabalhadores e de empresários do comércio. O início da vigência do novo salário possibilita um adicional na massa de salários para os trabalhadores e um correspondente aumento no poder de compra desses trabalhadores.

De 2005 a 2010, o percentual de reajuste foi superior à inflação dos doze meses anteriores, representando um aumento real de salários e no poder aquisitivo da população que tem o salário mínimo como referência de remuneração. Em 2011, o reajuste foi menor que a inflação. De 2012 a 2014 o reajuste do salário mínimo foi maior que a inflação de referência.

TABELA 11 – BRASIL: SALÁRIO MÍNIMO

Período	Valores em R\$	Variação (%)	Equivalência em US\$ (1)	Cotação do Dólar	Início da Vigência	Inflação no Período (%) (2)
2005	300,00	15,38	119,33	2,514	1/5/2005	8,07
2006	350,00	16,67	162,49	2,154	1/4/2006	4,41
2007	380,00	8,57	187,56	2,026	1/5/2007	3,21
2008	415,00	9,21	246,88	1,681	1/3/2008	3,77
2009	465,00	12,05	198,13	2,347	1/2/2009	5,32
2010	510,00	9,68	295,82	1,724	1/1/2010	3,81
2011	545,00	6,86	327,52	1,664	1/3/2011	7,54
2012	622,00	14,13	333,05	1,867	1/1/2012	4,86
2013	678,00	8,26	332,11	2,041	2/1/2013	5,84
2014	724,00	6,78	302,06	2,397	1/1/2014	5,91
2015	788,00	8,84	307,59	2,562	1/1/2015	6,41
2016	880,00	11,67	217,93	4,038	1/1/2016	10,67

Fonte: www.mte.gov.br – (Emprego e Renda – Salário Mínimo) (Consulta em 01/02/2015)

O salário mínimo –SM, foi criado pelo Decreto-Lei nº 2162 de 01/05/1940, quando passou a vigorar (\*). O país foi dividido em 22 regiões (20 estados da época, mais território do Acre e Distrito Federal); os estados foram divididos em sub-regiões, num total de 50 sub-regiões. Para cada sub-região fixou-se um valor de SM, num total de 14 valores distintos para o Brasil. A relação entre maior e menor valor em 1940 era de 2,67. A primeira tabela do SM teve vigência de três anos; em julho de 1943 houve o primeiro reajuste, seguido de outro em dezembro do mesmo ano.

Em maio de 1984 ocorreu a unificação do SM no país. A partir de 1990, apesar dos altos índices de inflação, as políticas salariais buscaram garantir o poder de compra do SM, que apresentou crescimento real de 10,6% entre 1990 e 1994, em relação à inflação medida pelo INPC.

A estabilização pós Plano Real, permitiu ao SM elevar ganhos reais em 28,3% de 1994 a 1999.

Os dados da evolução do SM desde 1940 permitem duas conclusões importantes: 1º) ao contrário de manifestações frequentes de que o poder de compra do SM seria hoje muito menor que na sua origem, os dados mostram não existir perda significativa; 2º) a estabilização dos preços a partir de 1994 permitiu significativa recuperação do poder de compra do SM desde a década de 50.

(1) Foi utilizado como referência o valor de venda do US\$-dólar no primeiro dia útil do mês da alteração salarial.

(2) O valor da Inflação se refere ao valor acumulado do IPCA, em relação ao salário anterior. O valor no período pode diferir da inflação anual. (Consulta em 01/02/2016).

### 3. NÍVEL DE SALÁRIO

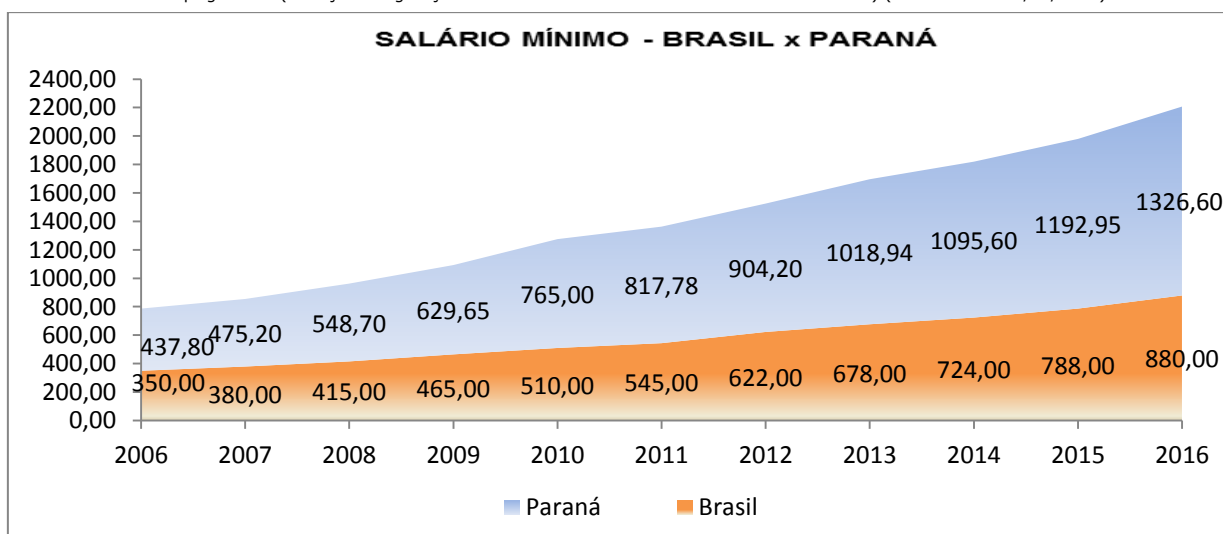
#### 3.2. Salário Mínimo no Paraná

O Governo do Paraná instituiu, a partir de 2006, salário mínimo regional para categorias de trabalhadores que não possuíam: a) piso salarial estabelecido em convenção ou acordo coletivo de trabalho; b) piso salarial estabelecido em lei federal. Como exemplo, cabe citar: empregadas domésticas. Os valores na Tabela 12 correspondem ao teto máximo do reajuste.

As leis estaduais dos valores do salário mínimo no Paraná são: a) Lei 15.118 de 2006; b) Lei 15.486 de 2007; c) Lei 15.826 de 2008; d) Lei 16.099 de 2009; e) Lei 16.470 de 2010; f) Lei 16.807 de 2011; g) Lei 17.135 de 2012; h) Decreto 8.088 de 1º de maio de 2013; i) Lei 18.059 de 2014; j) Decreto 1.198 de 30 de abril de 2015; k) Decreto Lei 18766 de 01 de Maio de 2016. O salário no Paraná e os percentuais de correção utilizados tem sido superiores aos valores do mínimo definido pelo governo federal.

TABELA 12 – PARANÁ: SALÁRIO MÍNIMO						
Período	Valores em R\$	Variação (%)	Equivalência em US\$ (1)	Cotação do Dólar	Data de Vigência	Inflação no Período (%) (2)
2006	437,80	45,93	190,35	2,071	1/5/2006	4,63
2007	475,20	8,54	246,35	2,026	1/5/2007	3,00
2008	548,70	15,47	336,83	1,650	1/5/2008	5,04
2009	629,65	14,75	294,66	2,137	1/5/2009	5,53
2010	765,00	21,49	441,94	1,731	1/5/2010	5,22
2011	817,78	6,89	519,59	1,574	1/5/2011	5,21
2012	904,20	1,57	472,34	1,914	1/5/2012	4,48
2013	1.018,94	12,69	507,21	2,010	1/5/2013	7,22
2014	1.095,60	7,52	493,05	2,222	1/5/2014	6,28
2015	1.192,95	8,89	387,95	3,075	1/5/2015	8,17
2016	1.326,60	11,20	384,52	3,450	1/05/2016	9,39

Fonte: www.casacivil.pr.gov.br – (Serviços – Legislação – Decretos – Decreto 1198 de 30 de Abril de 2015) (Consulta em 03/06/2015)



(1) Foi utilizado como referência o valor de venda do US\$-Dólar no primeiro dia útil do mês da alteração salarial.

(2) O valor da Inflação se refere ao valor acumulado do IPCA, em relação ao salário anterior.

(3) Valor divulgado refere-se ao teto salarial máximo, segundo os grupos da classificação brasileira de ocupações: (IPCA acumulado de Abril a Maio)

**GRUPO I** – R\$ 1.148,40 para os Trabalhadores Empregados nas Atividades Agropecuárias, Florestais e da Pesca, correspondentes ao Grande Grupo Ocupacional 6 da Classificação Brasileira de Ocupações;

**GRUPO II** – R\$ 1.190,20 para os Trabalhadores de Serviços Administrativos, Trabalhadores Empregados em Serviços, Vendedores do Comércio, Lojas e Mercados e Trabalhadores de Reparação e Manutenção, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 4, 5 e 9 da Classificação Brasileira de Ocupações;

**GRUPO III** – R\$ 1.234,20 para os Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 7 e 8 da Classificação Brasileira de Ocupações;

**GRUPO IV** – R\$ 1.326,60 para os Técnicos de Nível Médio, correspondentes ao Grande Grupo 3 da Classificação Brasileira de Ocupações.

## 4. NÍVEL DE PREÇOS

### 4.1. Introdução

As oscilações e evolução dos níveis de preços constituem fatores importantes na avaliação conjuntural de uma economia. Os órgãos encarregados dessa mensuração devem utilizar metodologias consistentes que permitam captar adequadamente as variações nos preços. Ademais, os itens que compõem a cesta de bens a ser pesquisada para se realizar o cálculo da inflação devem representar os padrões de consumo das categorias de renda avaliadas.

Serão apresentados como representativos das variações de preços, dois indicadores:

**1.º) IPCA:** índice de preços ao consumidor ampliado, índice oficial de inflação do Brasil, obtido pelo IBGE. Representa variações de preços de produtos e serviços consumidos por famílias com renda até 40 salários mínimos, em diferentes regiões do País. Os índices obtidos em cada região são agregados conforme pesos pré-determinados relacionados à importância, dimensão e habitantes para a composição do índice nacional.

Os grupos de despesas que compõem o IPCA são os seguintes:

- 1) alimentação e bebidas;
- 2) habitação;
- 3) artigos de residência;
- 4) vestuário;
- 5) transportes;
- 6) saúde e cuidados pessoais;
- 7) despesas pessoais;
- 8) educação;
- 9) comunicação.

A base de cálculo do IPCA é composta de: **a)** nove (9) regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Belém, Fortaleza, Salvador; **b)** Distrito Federal; **c)** três (3) cidades: Goiânia, Vitória, Campo Grande.

**2.º) IPC:** inflação da cidade de Curitiba, calculado pelo IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (da Secretaria de Planejamento do Estado).

TABELA 13 – ÍNDICE DE PREÇOS

Índice	Entidade Elaboradora	Período de Coleta: dias	Base Geográfica	Renda Familiar	Uso Principal
1) IPCA <sup>(1)</sup>	IBGE	1 a 30 (mês civil)	11 Capitais (*)	1 a 40 SM	Inflação oficial do País Tem ampla aplicação.
2) IPC <sup>(2)</sup>	IPARDES /Curitiba	1 a 30	Curitiba	1 a 40 SM	Preços no varejo em Curitiba

### 4.2. Meta da Inflação

O regime de metas de inflação foi implantado em 1999. Nesse procedimento, as autoridades monetárias: Comitê de Política Monetária-COPOM, Conselho Monetário Nacional-CMN, Banco Central e Ministério da Fazenda – definem para o ano seguinte um valor limite para a inflação (meta), com oscilação para cima ou para baixo de 2 (dois) pontos e, no ano de referência, o posicionamento das autoridades visa o cumprimento da meta.

O valor da inflação definido na meta é obtido das análises do desempenho da economia no ano anterior, das tendências do mercado externo, das oscilações da demanda agregada e das variações de preços básicos (commodities agrícolas, petróleo, indústria extrativa mineral e siderurgia).

(1) IPCA - Preços ao Consumidor Amplo

(2) IPC - Preços ao Consumidor.



**4. NÍVEL DE PREÇOS****4.3. Taxa de Inflação**

Em outubro, ocorreu a segunda menor inflação de 2016: 0,26%, pouco superior ao de setembro que se demonstra alvissareiro considerando que pode indicar o início de uma inversão de tendência em relação ao verificado em 2015. No acumulado dos 10(dez) meses de 2016, a inflação soma 5,78%, menor que o mesmo período de 2015, quando chegou a 8,52%.

Neste momento, todas as projeções indicam para 2016 uma taxa menor que os 10,67% de 2015 e que poderá até ficar abaixo de 7,0%. É uma queda plausível para 2016, considerando já terem sido assimiladas as elevações típicas de 1.º trimestre e também o surgimento de fatores políticos e econômicos de estabilização após o bimestre agosto-setembro e a aprovação do *impeachment*.

TABELA 14 – TAXA DE INFLAÇÃO E META DE INFLAÇÃO							
Período	Brasil IPCA (IBGE) (%)			Meta de Inflação (%)	Curitiba IPC (IPARDES) (%)		
	Variação mensal	Acumulado no Ano	Acumulado 12 meses		Variação mensal	Acumulado no Ano	Acumulado 12 meses
2007		4,46		4,5		4,78	
2008		5,90		4,5		4,85	
2009		4,31		4,5		3,88	
2010		5,91		4,5		5,09	
2011		6,50		4,5		5,81	
2012		6,20		4,5		5,91	
2013		5,56		4,5		6,17	
2014		6,41		4,5		6,05	
2015		10,67		4,5		10,71	
2016				4,5			
Jun	0,79	6,17	8,89		0,29	6,65	9,70
Jul	0,62	6,83	9,56		1,23	7,97	10,80
Ago	0,22	7,06	9,53		1,11	9,17	11,46
Set	0,54	7,64	9,49		0,34	8,00	9,34
Out	0,82	8,52	9,93		1,23	9,33	10,43
Nov	1,01	9,62	10,48		0,80	10,20	10,23
Dez	0,96	10,67	10,67		0,46	10,71	10,71
2016				4,5			
Jan	1,27	1,27	10,71		0,85	0,85	11,20
Fev	0,90	2,18	10,36		0,75	1,61	10,76
Mar	0,43	2,62	9,39		0,82	2,45	10,77
Abr	0,61	3,25	9,28		1,03	3,5	9,33
Mai	0,78	4,05	9,32		0,42	3,93	8,2
Jun	0,35	4,42	8,84		0,28	4,22	8,19
Jul	0,52	4,96	8,74		0,64	4,89	8,08
Ago	0,44	5,42	8,97		-0,31	4,56	7,55
Set	0,08	5,51	8,48		0,36	4,94	7,57
Out	0,26	5,78	7,87		0,35	5,3	6,64

Tabela 14.A – Maiores aumentos por grupos de despesas – Brasil (Outubro)

Transportes	0,75
Vestuário	0,45
Saúde e Cuidados Pessoais	0,43

Tabela 14.C – Maiores aumentos por localidades – Brasil (Outubro)

Campo Grande	0,53
Belém	0,51
Salvador	0,50

Tabela 14.B – Menores aumentos por grupos de despesas – Brasil (Outubro)

Artigos de Residência	-0,13
Alimentação e Bebidas	-0,05
Despesas Pessoais	0,01

Tabela 14.D – Menores aumentos por localidades – Brasil (Outubro)

Vitória	-0,16
Curitiba	-0,02
Rio de Janeiro	0,15

Fonte: Brasil: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) - (Quadro variação dos indicadores – IPCA) (Consulta em 28/11/2016)  
Curitiba: [www.ipardes.gov.br](http://www.ipardes.gov.br) - (Indicadores econômicos – Índice de preços) (Consulta em 28/11/2016)

## 5. TAXA DE JUROS E POUPANÇA

Os juros SELIC do Banco Central, referência para os demais juros no país e também para a dívida pública, mantidos desde julho de 2015 em 14,25% no ano, teve a queda mais recente em 30 de novembro, para 13,75%. É um valor ainda alto, considerando que a inflação prevista para 2016 aponta agora para valores abaixo de 7,0%.

Mas pode ser indicativo de uma nova tendência, após a manutenção em 14,25% desde julho de 2015. O aumento dos juros pelo Comitê de Política Monetária-COPOM do BC indicava a priorização do desaquecimento do consumo, adiamento da demanda e contenção da elevação de preços. O sucesso da terapia proposta, que é a redução da inflação, está ocorrendo com a vigência de fatores como: queda da demanda na economia e que afeta diversos setores de atividade: comércio, consumo das famílias, geração de emprego, etc. Mas muito importante agora a mudança de perspectiva, com a sinalização de uma nova tendência.

Em 2014, ano eleitoral, a política de juros do BC não refletiu a realidade da economia, pois os juros foram mantidos entre abril e setembro em 11%. Somente após outubro, tardiamente, o BC iniciou a elevação então necessária. Tudo visando reduzir oferta monetária, desestimular ou adiar a demanda e conter inflação. O objetivo não foi viabilizado, ao se verificar que a inflação de 2015 chegou a 10,67%. O aumento dos juros e contenção da demanda se inserem num contexto de política de desaquecimento, mas também constitui uma forma de política corretiva.

O padrão de emprego elevado em 2014 fez crescer componentes econômicos como: massa de salários, renda da população ativa e qualificada, poder aquisitivo, resultando em pressão de demanda sobre sistema de produção. Após priorizar a demanda, mesmo com algum resquício inflacionário, o governo se preocupou com a inflação adotando elevação nos juros para conter a demanda.

O ponto de corte para a redução do rendimento da poupança, considerando as mudanças vigentes, era a SELIC em 8,0%, percentual que ocorreu entre julho/2012 até junho/2013; ao atingir 8,0% em junho/2013, o critério para rendimento da poupança voltou ao modelo anterior.

**TABELA 15 – VARIAÇÃO DA TAXA DE JUROS SELIC DO BANCO CENTRAL**

2013		2014		2015		2016	
Mês	Taxa Selic (%)	Mês	Taxa Selic (%)	Mês	Taxa Selic (%)	Mês	Taxa Selic (%)
Jan	7,25	Jan	10,50	Jan	12,25	Jan	14,25
Fev	7,25	Fev	10,75	Fev	12,25	Fev	14,25
Mar	7,25	Mar	10,75	Mar	12,75	Mar	14,25
Abr	7,50	Abr	11,00	Abr	13,25	Abr	14,25
Mai	7,50	Mai	11,00	Mai	13,25	Mai	14,25
Jun	8,00	Jun	11,00	Jun	13,75	Jun	14,25
Jul	8,50	Jul	11,00	Jul	14,25	Jul	14,25
Ago	9,00	Ago	11,00	Ago	14,25	Ago	14,25
Set	9,00	Set	11,00	Set	14,25	Set	14,25
Out	9,50	Out	11,25	Out	14,25	Out	14,00
Nov	10,00	Nov	11,25	Nov	14,25	Nov	13,75
Dez	10,00	Dez	11,75	Dez	14,25	Dez	

**TABELA 16 – POUPANÇA (\*)**

Mês	2015	2016
	Rentabilidade	Rentabilidade
Jan	0,5882	0,6327
Fev	0,5169	0,5962
Mar	0,6302	0,7179
Abr	0,6079	0,6311
Mai	0,6159	0,6541
Jun	0,6822	0,7053
Jul	0,7317	0,6629
Ago	0,6876	0,7558
Set	0,6930	0,6583
Out	0,6799	0,6609
Nov	0,6303	
Dez	0,7261	

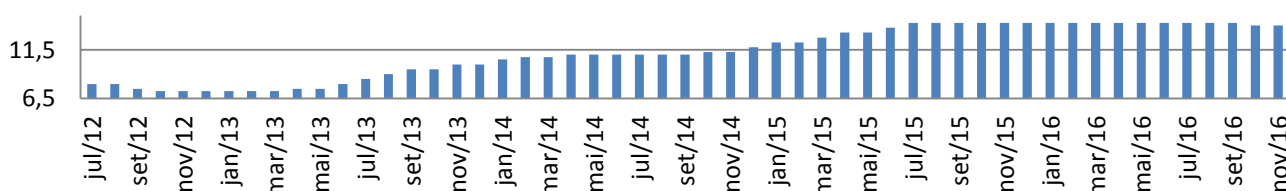
Fonte: www.bcb.gov.br – (Sistema de metas para a inflação – Copom) (Consulta em 28/11/2016)

Fonte: www.bcb.com.br (Economia e Finanças – Séries Temporais – Acesso ao Sistema de Séries

Temporais – Mercados Financeiros e de Capitais – Aplicações Financeiras – Caderneta de Poupança – Rentabilidade no Período) (Consulta: 28/11/2016)

(\*) A rentabilidade, TR+0,5% a.m., refere-se a cadernetas com aniversário no primeiro dia do mês posterior ao assinalado (maior concentração)

### EVOLUÇÃO DA TAXA DE JUROS (SELIC) - 2012 a 2016



## 6. MERCADO DE AÇÕES

O Índice Bovespa, que havia superado 58.000 pontos em setembro, caiu em outubro para 51.653 pontos. Desde abril, o Índice Bovespa vem superando os 50.000 ponto, um bom resultado, considerando que em 2015 o Índice Bovespa não atingiu esse desempenho. As mudanças surgidas no cenário político do país no período agosto-setembro contribuíram para o melhor o desempenho da BOVESPA. Algumas dificuldades ainda subsistem como, por exemplo: 1) procedimentos adotados pelas empresas no contexto de crise que reduziram respectivo valor de mercado; 2) vigência de políticas governamentais que desestimularam investimentos privados e levaram à contenção da economia como um todo; 3) cenário interno com deterioração de padrões éticos, morais e políticos por pessoas ou grupos com cargos/funções de relevância também criaram limitações. Estas variáveis atuaram como afluentes e componentes ativos de um quadro recessivo que há muito tempo não ocorria no país.

Menciona-se também o redirecionamento da opção dos investidores por outras aplicações, num contexto de inflação crescente. A realidade atual restringe aplicações imobiliárias e favorece títulos e fundos com retorno a partir de 14% ou 15% no ano. As ações não permitem retorno no curto prazo; são papéis de retorno a médio e longo prazo.

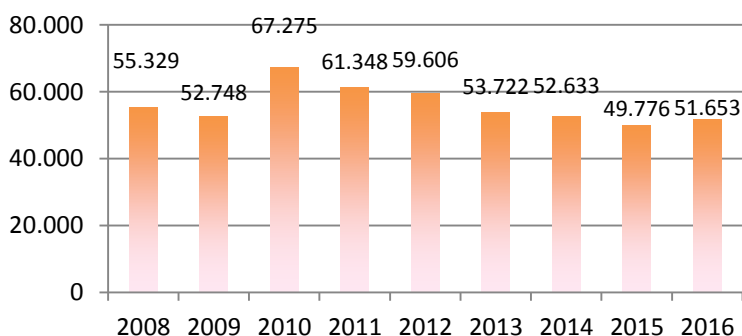
A recuperação dos EUA ocorre, induzindo a um retorno de aplicações naquele país e valorização do dólar. Alguns países desenvolvidos apresentam melhorias nas suas economias.

Os fatos políticos vivenciados recentemente no Brasil, em diferentes momentos, e que contribuíram para as quedas não só do índice BOVESPA como também da cotação do dólar- US\$, podem ter iniciado uma fase de superação. Algumas estatais brasileiras, com destaque para a Petrobrás, que não tiveram bom desempenho em 2015, iniciam neste segundo semestre de 2016 uma etapa de melhoria de desempenho, beneficiando a cotação de suas ações

**TABELA 17 – BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO**

Período	Índice Bovespa (Pontos) (1) (2)	Variação Percentual (%)
<b>2007</b>	<b>53.213</b>	<b>39,74</b>
<b>2008</b>	<b>55.329</b>	<b>3,98</b>
<b>2009</b>	<b>52.748</b>	<b>-4,66</b>
<b>2010</b>	<b>67.275</b>	<b>27,54</b>
<b>2011</b>	<b>61.348</b>	<b>-8,77</b>
<b>2012</b>	<b>59.606</b>	<b>-2,84</b>
<b>2013</b>	<b>53.722</b>	<b>-9,87</b>
<b>2014</b>	<b>52.632</b>	<b>-2,03</b>
<b>2015</b>	<b>49.776</b>	<b>-5,43</b>
Out	47.282	2,09
Nov	47.090	-0,41
Dez	44.682	-5,11
<b>2016</b>	--	--
Jan	39.390	-11,84
Fev	41.025	4,15
Mar	49.174	19,86
Abr	51.852	5,45
Mai	51.016	-1,61
Jun	50.161	-1,68
Jul	55.022	9,69
Ago	57.988	5,39
Set	58.425	0,75
Out	51.653	3,77

**IBOVESPA - MÉDIA ANUAL**



Fonte: www.bovespa.com.br - (Mercado - Ações - Índices - Índice Bovespa - Estatísticas Históricas - Evolução diária) (Consulta em 28/11/2016)

(1) Cálculo anual com base na média de cada mês.

(2) Cálculo mensal realizado através da média diária do fechamento do pregão no mês.

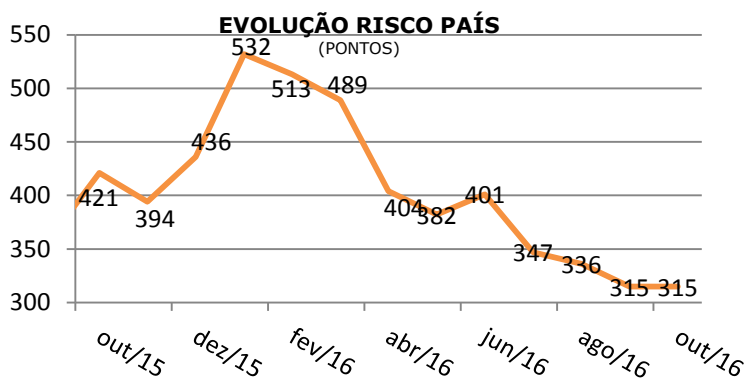
## 7. RISCO PAÍS

O risco país do Brasil manteve o mesmo valor de setembro: 315 pontos, mantendo a tendência de queda. As alterações adotadas no Poder Legislativo Federal, apontam para o provável início da superação das dificuldades que predominavam anteriormente. Há um grande espaço para melhoria até o final do ano, com a perspectiva de queda do risco-país. O cenário que prevaleceu no contexto eleitoral de outubro de 2014 e o quadro crítico na política e na economia vivenciadas desde 2015, associadas à má gestão pública, produziram incertezas que justificaram os riscos elevados do 1.º semestre. Sem dúvida, na sequência da operação lava-jato e de um novo cenário muito associado ao início das correções sobre a corrupção e propinas, pode-se esperar que o novo risco-país passe a refletir uma nova e desejada realidade.

O risco-país mostra o grau de confiança dos investidores em relação à capacidade de pagamento das dívidas de um país. Quanto menor a possibilidade de honrar suas dívidas ou menor o grau de segurança proporcionado aos investidores, maior o risco e a possibilidade de não honrar débitos, tendo que pagar juros maiores aos adquirentes de seus títulos.

Por outro lado, quanto maior o índice do risco-país, maior a instabilidade econômica dos países. O maior valor de risco-país do Brasil foi 2.436 pontos em setembro/2002, próximo das eleições presidenciais; o menor foi 136 pontos em janeiro/2013. É um indicador de características mais conjunturais que estruturais, vinculado às circunstâncias/ variáveis do momento da mensuração.

TABELA 18 – RISCO PAÍS		
Período	Risco País (*) (pontos)	Variação (%)
2009	306	8,89
2010	204	-33,33
2011	193	-10,29
2012	189	3,51
2013	207	9,41
2014	230	11,11
2015	336	46,27
Jul	299	2,40
Ago	323	8,03
Set	361	11,76
Out	421	16,62
Nov	394	-6,41
Dez	436	10,66
2016	---	---
Jan	532	22,02
Fev	513	-3,57
Mar	489	-4,68
Abr	404	-17,38
Mai	382	-5,45
Jun	401	4,97
Jul	347	-13,47
Ago	336	-3,17
Set	315	-6,25
Out	315	0,00



(\*) Os valores mensais referem-se ao primeiro dia útil do mês.  
Fonte: [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br) (Consulta em 28/11/2016)

## 8. VARIAÇÃO DO DÓLAR

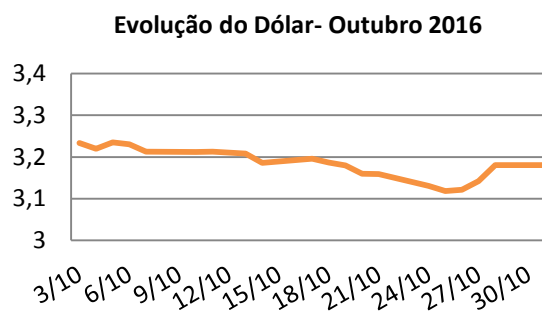
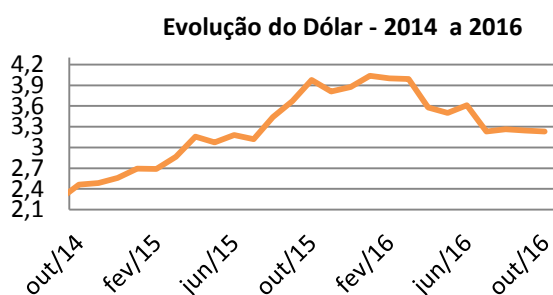
O Banco Central divulgou cotação do dólar em outubro de R\$ 3,2332. Desde agosto de 2012, o dólar teve uma gradativa valorização, que se supunha inicialmente, permitisse elevar exportações. Após agosto de 2015 até maio de 2016, a cotação cambial ajudou a melhorar a balança comercial, mais por conta da queda nas importações. A partir do 2.º trimestre, as exportações se elevaram com o benefício da taxa de cambio favorável. Na sequência da aprovação do processo de *impeachment* pelo Senado Federal, e início da superação de limitações políticas e éticas, há uma grande expectativa de que um fluxo maior de dólares venham a ser aplicados na economia brasileira. Apenas após definidos alguns pré-requisitos que apontem ou que confirmem uma estabilidade institucional e melhores condições na economia, é que o adicional de divisas iria adentrar o país.

A melhora na economia americana foi a grande motivação para a valorização cambial em 2015, estimulado ainda por outras alterações externas (melhora em outras economias desenvolvidas). Mas ao Brasil cabe culpa quando se avalia repercussões recentes dos desvios éticos e políticos.

A cotação atual do US\$ ainda favorece exportações. O acréscimo das importações brasileiras de petróleo compromete a balança comercial. O dólar valorizado pressiona preços internos, mas o que se verifica atualmente é queda nas importações devido a grande desvalorização do R\$-real. O Brasil já chegou a ter 25% aproximadamente de importados no conjunto da demanda interna.

A atual cotação do dólar produz efeitos sobre o turismo; viagens e gastos de brasileiros no exterior caíram bastante. Os custos da estadia no Brasil para os turistas do exterior se reduziram: o Brasil tornou-se um país *mais barato* para o turista do exterior.

TABELA 19 – VARIAÇÃO DO DÓLAR (*)						
Período	2011 (R\$)	2012 (R\$)	2013 (R\$)	2014 (R\$)	2015 (R\$)	2016 (R\$)
Jan	1,6502	1,8676	2,0415	2,3969	2,6923	4,0380
Fev	1,6604	1,7370	1,9838	2,4084	2,6888	3,9979
Mar	1,6640	1,7146	1,9843	2,3234	2,8649	3,9907
Abr	1,6186	1,8308	2,0180	2,2614	3,1549	3,5793
Mai	1,5739	1,9143	2,0089	2,2215	3,0748	3,4985
Jun	1,5870	2,0344	2,1349	2,2634	3,1783	3,6120
Jul	1,5591	1,9887	2,2292	2,2048	3,1185	3,2292
Ago	1,5543	2,0426	2,2908	2,2600	3,4419	3,2656
Set	1,6032	2,0329	2,3637	2,2515	3,6719	3,2466
Out	1,8804	2,0254	2,2118	2,4617	3,9788	3,2332
Nov	1,7499	2,0306	2,2462	2,4833	3,8120	
Dez	1,7922	2,1115	2,3443	2,5618	3,8739	





## II. ATIVIDADE EMPRESARIAL

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

### 9. COMÉRCIO VAREJISTA NO PARANÁ

#### 9.1. DESEMPENHO EM SETEMBRO DE 2016

##### 1. INTRODUÇÃO

No mês de setembro, as vendas do varejo no Paraná conforme a Pesquisa da FECOMÉRCIO-PR apontam valores negativos nos três indicadores avaliados: mês anterior, mesmo mês do ano anterior e acumulado do ano. Ainda que os indicadores negativos anteriores, mais intensos no 1.º semestre, tenham perdido parte da intensidade, não houve condições de inversão para obtenção de percentuais positivos. Em condições normais, o mês de agosto, com 31 dias e uma data comemorativa importante, o *dia dos pais*, e nenhum feriado, tem condições de vendas pelo varejo melhores que em setembro, período de 30 dias e um feriado nacional ou local (\*). O reinício do calendário letivo nas escolas em agosto permitiu elevação nas vendas de artigos escolares, uniformes e calçados e ainda incorporou um acréscimo nas vendas de combustíveis e lubrificantes, no deslocamento casa-escola-casa, que afeta também, dentre outros fatores, a intensidade do tráfego urbano e mobilidade urbana.

A conjuntura econômica atual no país abriga uma carga de incertezas, que geram inquietações sobre os agentes econômicos: limitações no orçamento público federal, situação precária das finanças de diversos estados; queda na geração de novos empregos; redução do poder de compra das famílias; queda massa de salários da economia. Ramos importantes do varejo passam por alterações nos padrões de principais produtos vendidos: nos supermercados e hipermercados, o que vem predominando é vendas de produtos básicos de consumo como alimentação e higiene e limpeza.

Todavia, começam a surgir alguns indicadores que, se mantidos, permitem alimentar as primeiras expectativas positivas sobre o início de mudanças no contexto nacional, que também sinalizam benefícios ao Paraná e respectivos ramos do varejo. Até o primeiro semestre, os números da economia eram associados à esteira de restrições vigentes sobre a economia, condicionados às limitações mais intensas do período em termos econômicos, políticos e éticos, dos quais não havia como isolar o Paraná.

Na sequência da aprovação do *impeachment* pelo Senado Federal abriu-se espaço para mudança de expectativas e início da consolidação de um novo contexto econômico. Nada ainda definitivo, mas possível vigorar em um contexto de novas referências éticas e morais que passem a predominar para o 2.º semestre. Já se sabia que caberia ao governo, logo após o *impeachment*, implementar medidas corretivas de política econômica, até mesmo para conter tendências negativas

No Paraná, as vendas em setembro comparadas às de agosto, caíram 5,37%; na comparação com o mesmo mês de 2015 houve queda de 6,61%; no acumulado do ano, o período janeiro-setembro de apresentou queda de 3,90%.

Dias úteis de abertura e funcionamento do comércio				
2016	Setembro: 25	Agosto: 27	Julho: 26	
2015	Setembro: 25	Agosto: 26	Julho: 26	

(\*) No mês de setembro, em Curitiba, os dias úteis foram 24, devido data da padroeira da cidade em 08/09.

## 2. NÚMEROS

Uma síntese das vendas de Agosto consta a seguir.

**TABELA 20 A – VARIÇÃO DAS VENDAS EM AGOSTO DE 2016**

Varição das Vendas: AGOSTO 2016 em relação a	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)	PARANÁ (%)
1. Mês anterior	-3,09	6,36	0,36	1,02	-3,21	10,20	0,45
2. Mesmo mês ano anterior	-5,61	4,61	-2,21	6,79	-3,24	6,65	-0,77
3. Acumuladas no ano	-5,83	-3,40	-1,73	1,81	-1,59	-3,70	-3,57

Uma síntese das vendas de Setembro consta a seguir.

**TABELA 20 B – VARIÇÃO DAS VENDAS EM SETEMBRO DE 2016**

Varição das Vendas: SETEMBRO 2016 em relação a	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)	PARANÁ (%)
1. Mês anterior	-2,92	-6,42	-9,47	-6,55	-3,44	-18,88	-5,37
2. Mesmo mês ano anterior	-4,62	-7,80	-8,58	-9,57	-4,77	0,19	-6,61
3. Acumuladas no ano	-5,70	-3,88	-2,48	0,47	-1,96	-3,27	-3,90

Fonte: Pesquisa do Comércio Varejista da Fecomércio-Pr

### 3. DESTAQUES NO PARANÁ EM SETEMBRO DE 2016:

#### 3.1 Maiores crescimentos percentuais de vendas (faturamento) no Paraná:

Sobre Mês Anterior (%)		Sobre mesmo mês de 2015 (%)		Acumulado Do Ano (Jan-Set- 2016) (%)	
1. Auto peças	16,56	1. Óticas e cine-foto-som	3,74	1. Super e hipermercados	3,88
2. Móveis, dec. e útil. dom.	14,03	2. Super e hipermercados	3,05	2. Farmácias e Drogarias	1,00
3. Super e hipermercados	-2,36	3. Farmácias e drogarias	-0,79	3. Mat. de Construção	-2,50
4. Farmácias e Drogarias	-4,45	4. Móveis, dec. e útil. dom.	-1,64	4. Vestuário e tecidos	-2,61
5. Lojas de departamentos	-5,06	5. Lojas de departamentos	-5,51	5. Óticas e Cine-foto-som	-2,73

#### 3.2 Menores crescimentos percentuais de vendas (faturamento) no Paraná:

Sobre Mês Anterior (%)		Sobre mesmo mês de 2015 (%)		Acumulado Do Ano (Jan-Set- 2016) (%)	
1. Vestuário e tecidos	-19,44	1. Vestuário e tecidos	-15,33	1. Lojas de departamentos	-21,20
2. Óticas e cine-foto-som	-14,97	2. Combustíveis	-13,06	2. Liv. e papelaria	-12,07
3. Concessionárias de veículos	-13,68	3. Calçados	-12,29	3. Móveis dec. e util. dom.	-8,39
4. Combustíveis	-13,38	4. Liv. e papelarias	-12,19	4. Concessionárias de veículos	-7,82
5. Calçados	-9,26	5. Concessionárias de veículos	-10,46	5. Calçados	-4,00

#### 3.3 Polos pesquisados e Ramos de maior e menor crescimento em 2016(acumulado Jan-Set- 2016)

Ramos de:	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)
<b>Maior crescimento</b>	<b>Super e Hipermercados</b> 5,00	<b>Farmácias e Drogarias</b> 4,15	<b>Óticas e Cine- Foto-Som</b> 17,55	<b>Super e Hipermercados</b> 10,14	<b>Super e Hipermercado</b> s 5,03	<b>Auto Peças</b> 8,67
<b>Menor crescimento</b>	<b>Lojas de Departamentos</b> -25,82	<b>Lojas de Departamentos</b> -17,16	<b>Lojas de Departamentos</b> -21,17	<b>Lojas de Departamentos</b> -17,24	<b>Concessionári as de Veículos</b> -33,42	<b>Lojas de Departamentos</b> -20,58



## 9. COMÉRCIO VAREJISTA NO PARANÁ

### 4. O DESEMPENHO DO VAREJO DO PARANÁ EM 2016

As maiores vendas do varejo do Paraná no período janeiro-setembro de 2016 ocorreram nos ramos de: 1) supermercados e hipermercados; e 2) farmácias e drogarias, que cresceram, respectivamente, 3,88% e 1,00%. Todos os demais ramos do varejo apresentaram para o mesmo período desempenho negativo. Um outro indicador, referente às vendas de setembro comparadas ao mesmo mês de 2015 apresentou vendas crescentes nos ramos de: 1) óticas e cine-foto-som: 3,74% e 2) supermercados e hipermercados: 3,05%. Os demais tiveram queda nas vendas. E os dados mais imediatos, vendas de setembro comparadas ao mês anterior, indicam crescimento apenas em: 1) autopeças e acessórios: 16,56%; 2) móveis decorações e utilidades domésticas: 14,03%. Os outros ramos do varejo tiveram queda nas vendas.

Não são identificadas no Paraná, no acumulado do ano, afora nos dois ramos acima mencionados, percentuais animadores para os demais 10 ramos do varejo. Dentre estes se destacam as lojas que trabalham com bens de alto valor unitário, como, por exemplo: *concessionárias de veículos, móveis e decorações e lojas de departamentos*. Outro ramo do varejo, que tem as vendas associadas à sazonalidade, e que teve queda significativa em relação ao acumulado de 2015 foi *livrarias e papelarias*, onde a queda no ano pode indicar alguma alteração na forma de gastos em educação pelas famílias. Os *móveis e decorações*, bens de maior valor unitário, tem como fator de recuperação das vendas, especialmente no final do ano, a grande competição entre as lojas desse segmento, que força os preços para baixo e reduz a margem de lucros, uma diversidade de alternativas de negociação com os consumidores e também a entrada de grande quantidade de mobiliário importado da China, que chegam com preços muito vantajosos para o mercado.

Os desempenhos acima destacados podem estar sinalizando o início de uma fase de mudanças no comportamento da oferta, de um lado, e do consumidor enquanto demandante, de outro lado. É de se reconhecer que alguns indicadores, mesmo que de forma ainda tênue, começam a ser verificados na conjuntura econômica brasileira, com reflexos sobre o Paraná, e se demonstram suficientes para identificar o início de alterações na economia. Possuem condições suficientes para repercutirem sobre o varejo e poderão impactar a economia do Estado, em uma conjuntura que poderá se consolidar até o final do ano.

A perspectiva da verificação de uma inversão de tendência do cenário econômico nacional poderá repercutir regionalmente, com impactos positivos sobre o Paraná. Um fato importante para a inversão de tendência em relação ao que predominava até o primeiro semestre de 2016 foi a aprovação do *impeachment* pelo Senado federal e o encadeamento de efeitos decorrentes.

Cabe destacar a existência atualmente de grande liquidez e disponibilização de dólares no mercado mundial. Vem daí a expectativa de que, com a superação da atual crise política interna, parcela desses dólares sejam aplicados no Brasil, na forma de capital produtivo, viabilizando novos investimentos com os decorrentes efeitos multiplicadores complementares. Para dinamizar os negócios, o governo sinaliza na mesma tendência a intensificação de parcerias público-privadas e adoção de formas alternativas de repasse para o setor privado de muitas atividades até então na carga de responsabilidades do setor público.

Uma questão importante que surge após as eleições nos EUA e que poderá gerar efeitos paralelos adicionais na economia brasileira é o "*efeito Trump*", eleito presidente e que assumirá em breve. Surge uma série de interrogações em termos de comportamento dos juros, do câmbio, das exportações brasileiras e outros componentes da economia. Não é de se desprezar a possibilidade de ocorrências de fatos novos, que poderão repercutir sobre a economia brasileira.

**9. COMÉRCIO VAREJISTA NO PARANÁ****TABELA 21 – VENDAS EM SETEMBRO DE 2016 COMPARADAS AO MÊS ANTERIOR (AGOSTO DE 2016)**

Ramos de Atividade Mais Representativos do Comércio	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Região Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)
1. Concessionárias de Veículos	-14,55	-10,39	-6,19	-14,35	-4,14	-33,21
2. Móveis, Decorações e Utilidades Domésticas	31,57	-15,26	-6,32	-20,35	8,77	1,44
3. Autopeças e Acessórios	13,12	33,47	-5,27	-4,72	-21,95	-5,55
4. Materiais de Construção	-0,89	-10,46	-0,85	-6,14	-15,21	2,93
5. Lojas de Departamentos	-7,80	-3,24	3,19	-3,04	-8,01	-19,78
6. Supermercados	-4,10	2,07	-3,56	2,62	-0,15	0,26

Fonte: Pesquisa do Comércio Varejista da Fecomércio-Pr

**TABELA 22 – VENDAS EM SETEMBRO DE 2016 COMPARADAS AO MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR (SETEMBRO DE 2015)**

Ramos de Atividade Mais Representativos do Comércio	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Região Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)
1. Concessionárias de Veículos	-0,97	-14,94	-14,09	-27,32	-40,87	-6,23
2. Móveis, Decorações e Utilidades Domésticas	3,29	13,34	-13,09	-23,62	-21,07	11,22
3. Autopeças e Acessórios	4,73	-13,39	-0,33	-2,67	-9,75	6,61
4. Materiais de Construção	-8,12	-0,93	-14,90	-19,42	-7,82	-0,89
5. Lojas de Departamentos	-6,59	-11,21	1,31	2,92	4,65	-19,15
6. Supermercados	3,18	2,47	-5,15	9,41	4,06	11,93

Fonte: Pesquisa do Comércio Varejista da Fecomércio-PR

**TABELA 23 – VENDAS ACUMULADAS NO ANO DE 2016 (Jan-Set) COMPARADAS A (Jan-Set) DE 2015**

Ramos de Atividade Mais Representativos do Comércio	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Região Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)
1. Concessionárias de Veículos	-3,13	-11,06	-12,06	-13,50	-33,42	-8,88
2. Móveis, Decorações e Utilidades Domésticas	-9,58	-6,18	-13,05	-1,70	-22,03	-0,75
3. Autopeças e Acessórios	-11,83	-4,40	10,83	5,27	4,35	8,67
4. Materiais de Construção	-11,07	1,11	-0,98	2,13	-1,79	1,99
5. Lojas de Departamentos	-25,82	-17,16	-21,17	-17,24	-12,71	-20,58
6. Supermercados	5,00	-3,01	-5,22	10,14	5,03	7,10

Fonte: Pesquisa do Comércio Varejista da Fecomércio-PR

**TABELA 24 – VENDAS NOS PÓLOS DE COMÉRCIO PESQUISADOS PELA FECOMÉRCIO-PR  
(Variação em Relação ao Mês Anterior)**

Período	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Região Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)	PARANÁ (%)
<b>2015</b>	--	--	--	--	--	--	--
Abr	-	-	-	-	-	-	-
Mai	3,11	2,70	6,66	2,27	1,31	-4,37	<b>3,17</b>
Jun	-5,08	-6,19	-1,81	-7,17	-4,23	2,30	<b>-5,18</b>
Jul	1,86	-0,93	0,71	2,36	3,14	-0,85	<b>1,19</b>
Ago	-0,10	-3,95	1,43	0,08	0,05	8,97	<b>-0,78</b>
Set	-3,91	7,42	-3,14	10,94	-2,39	-12,25	<b>0,67</b>
Out	5,13	-5,62	3,29	5,01	5,81	22,46	<b>2,46</b>
Nov	0,65	-6,77	-0,92	-3,92	-3,57	-17,34	<b>-2,27</b>
Dez	18,42	16,92	28,10	17,34	26,62	23,64	<b>19,36</b>
<b>2016</b>	--	--	--	--	--	--	--
Jan	-23,57	-8,78	-28,07	-12,97	-17,27	-18,02	<b>-19,21</b>
Fev	-6,10	-3,33	0,75	0,01	-3,31	-8,13	<b>-3,68</b>
Mar	11,17	9,77	9,47	2,80	6,90	14,83	<b>9,31</b>
Abr	-5,69	-2,45	-3,59	-7,77	-3,80	-10,10	<b>-4,85</b>
Mai	1,78	6,49	-1,17	-2,38	-2,63	-4,55	<b>1,96</b>
Jun	-0,69	-4,65	-2,41	13,58	-0,88	5,62	<b>-0,12</b>
Jul	1,04	-5,67	2,55	-5,53	3,22	8,27	<b>-1,39</b>
Ago	-3,09	6,36	0,36	1,02	-3,21	10,20	<b>0,45</b>
Set	-2,92	-6,42	-9,47	-6,55	-3,44	-18,88	<b>-5,37</b>

**(Variação Acumulada no Ano %)**

Jan - Set/16 Sobre Jan -Set/15	-5,70	-3,88	-2,48	0,47	-1,96	-3,27	-3,90
--------------------------------------	-------	-------	-------	------	-------	-------	-------

Fonte: Pesquisa Conjuntural do Comércio da Fecomércio-PR (Consulta em 14/11/2016)

**10. ABERTURA DE EMPRESAS NO PARANÁ (\*\*)**

Considerando o período iniciado em 2007, o ano o que apresentou o menor número de empresas abertas no Paraná foi 2014, desempenho baixo que demonstra a contenção da atividade econômica no Estado, como reflexo do quadro restritivo no Brasil, decorrente de um somatório de mudanças conjunturais e limitações surgidas que se intensificaram em 2014. Para 2015, a tendência é, de acordo com os dados disponíveis até maio, um número menor de empresas abertas no Estado, num ambiente de agravamento da crise econômica, com componentes políticos também negativos.

No período 2008-2013, motivado por fatores de estímulo ao empreendedorismo mais os incentivos e facilidades para as franquias, houve uma abertura de empresas significativa no Paraná. Muitas surgiram na sequência da valorização e importância do empreendedorismo, e o acesso às informações sobre o tema. Por trás disso, como pano de fundo, se destacava nos anos citados um mercado crescente, especialmente no ramo de alimentos e franquias.

Nos meses de dezembro, o número de empresas abertas tem sido o menor em cada ano. É uma característica do período, fase em que as programações dos empresários visam mais o ano novo. No final do ano, surgem indicativos das intenções do governo para o ano seguinte e possíveis alterações nas políticas econômicas. Dentre as empresas abertas, predominam micros e pequenas.

Por outro lado, verifica-se atualmente, no contexto de crise econômica interna, um crescimento do número de lojas que estão sendo fechadas, devido dificuldades econômicas.

Os fatores de estímulo ao surgimento de novas empresas atualmente no comércio paranaense enfrentam mecanismos restritivos para conter a inflação: juros maiores; valorização do dólar; PIB em queda; acúmulo de estoques em vários ramos da indústria de transformação; menores vendas do comércio que é a derradeira etapa da cadeia produtiva. O ano de 2015 começa com a extinção instrumentos de aquecimento: IPI para automóveis; linhas de financiamento; maior *spread bancário*; redução de obras públicas.

**TABELA 25 – ABERTURA DE EMPRESAS NO PARANÁ**  
(Conforme Natureza Jurídica)

Período	Empresário (1)	EIRELI (2)	Soc. Empresária (3)	S/A	Cooperativa	Outros	TOTAL
<b>2006</b>	<b>16.569</b>	<b>0</b>	<b>26.459</b>	<b>840</b>	<b>148</b>	<b>42</b>	<b>44.058</b>
<b>2007</b>	<b>17.888</b>	<b>0</b>	<b>29.033</b>	<b>610</b>	<b>150</b>	<b>35</b>	<b>47.716</b>
<b>2008</b>	<b>18.904</b>	<b>0</b>	<b>33.002</b>	<b>956</b>	<b>170</b>	<b>55</b>	<b>53.087</b>
<b>2009</b>	<b>21.672</b>	<b>0</b>	<b>33.327</b>	<b>776</b>	<b>202</b>	<b>46</b>	<b>56.023</b>
<b>2010</b>	<b>20.843</b>	<b>0</b>	<b>32.988</b>	<b>752</b>	<b>280</b>	<b>91</b>	<b>54.954</b>
<b>2011</b>	<b>21.927</b>	<b>0</b>	<b>33.074</b>	<b>1.049</b>	<b>195</b>	<b>80</b>	<b>56.325</b>
<b>2012</b>	<b>19.348</b>	<b>2.392</b>	<b>28.774</b>	<b>901</b>	<b>186</b>	<b>142</b>	<b>51.743</b>
<b>2013</b>	<b>19.109</b>	<b>3.864</b>	<b>28.431</b>	<b>758</b>	<b>186</b>	<b>79</b>	<b>52.436</b>
<b>2014</b>	<b>16.056</b>	<b>4.836</b>	<b>23.901</b>	<b>653</b>	<b>195</b>	<b>69</b>	<b>45.721</b>
Abr	1.307	367	2.007	59	16	7	3.764
Mai	1.517	411	2.138	52	21	8	4.135
Jun	1.353	385	1.968	60	12	6	3.791
Jul	1.472	484	2.231	53	18	5	4.259
Ago	1.432	360	2.068	65	31	8	3.953
Set	1.410	499	2.077	73	12	6	4.087
Out	1.361	487	2.085	59	20	7	4.013
Nov	1.200	413	1.760	44	24	3	3.436
Dez	826	342	1.453	43	15	0	2.689
<b>2015*</b>	<b>6.527</b>	<b>2.058</b>	<b>8.743</b>	<b>350</b>	<b>79</b>	<b>19</b>	<b>17.779</b>
Jan	1.101	362	1.461	37	23	3	2.987
Fev	1.249	401	1.714	104	10	0	3.481
Mar	1.765	539	2.362	77	19	9	4.771
Abr	1.280	432	1.805	69	18	4	3.608
Mai	1.132	324	1.401	63	9	3	2.932

Fonte: www.jucepar.pr.gov.br – (Relatório estatístico – Novas empresas) (Consulta em 28/11/2016)

(1) Empresário corresponde a antiga firma individual (sem sócios)

(2) Empresa Individual de Responsabilidade Limitada

(3) Sociedade Empresária relaciona-se a um grupo empresarial.

(\*) Soma dos valores de janeiro até maio de 2015

(\*\*) Últimos dados disponíveis: maio de 2015.

## 11. FALÊNCIAS DECRETADAS NO BRASIL

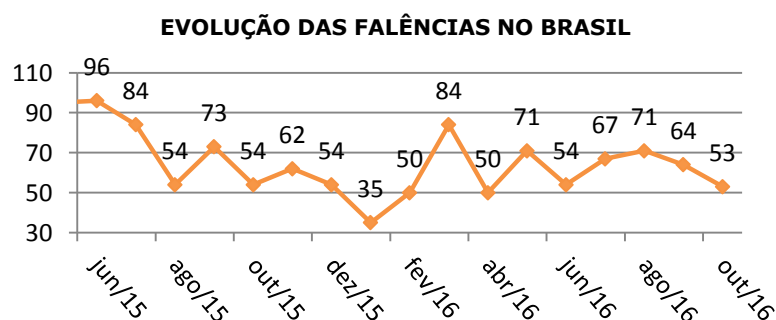
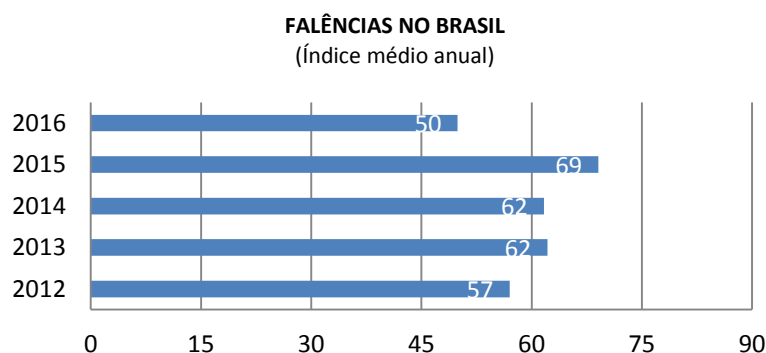
O índice de falências no País atingiu 53 pontos em outubro, menor que os verificados entre maio e setembro. O quadro de instabilidade política e institucional mais intensos no 1.º semestre e o ambiente recessivo da economia, ainda não ajudaram na contenção desse indicador. O índice de falências decretadas reflete características e heterogeneidades regionais ou setoriais que influenciam o desempenho de agentes econômicos. É indicativo importante sobre o sucesso ou não das políticas econômicas, e pode apontar a conveniência de mudanças e adequação às diversidades do espaço geoeconômico brasileiro. Há que se considerar também que o comércio vem adotando em 2016 precauções e procedimentos mais seletivos no processo de vendas, visando reduzir inadimplências. As políticas econômicas de incentivo ao consumo até 2014 contribuíram para endividar mais o consumidor, esgotando seu poder de compra e comprometendo sua capacidade de pagamento. Cabe considerar a possibilidade de má gestão dos negócios pelas empresas: 2014 já havia sido muito difícil, e a habilidade dos empresários na condução dos respectivos negócios foi requerida ao máximo. Mas é inegável que 2015 teve limitações maiores ao sistema produtivo, se comparado a fatos anteriores desde 2010.

O atual cenário político, pós *impeachment*, abre perspectivas para início de melhoria do ambiente econômico. Os juros elevados e a inflação restringem a demanda, mas podem melhorar. O consumo privado teve outra limitação: crescimento da população desempregada. O desempenho da indústria de transformação restringiu o PIB do País.

Um fator sazonal a destacar é a queda de falências em novembro-dezembro, comparada aos outros meses, pelas características do aquecimento das vendas no período e utilização do 13.º salário pelo consumidor para regularizar dívidas e compromissos financeiros com credores.

**TABELA 26 – FALÊNCIAS NO BRASIL**

Período	Índice
2009	76
2010	61
2011	53
2012	57
2013	62
2014	62
2015	69
Set	73
Out	54
Nov	62
Dez	54
2016	-
Jan	35
Fev	50
Mar	84
Abr	50
Mai	71
Jun	54
Jul	67
Ago	71
Set	64
Out	53



**12. CRÉDITO: DEMANDA E INADIMPLÊNCIA****12.1. Demanda de Crédito**

Em outubro, esse indicador cresceu, atingindo o maior valor do ano: 135,1. Um aumento na demanda de crédito pode indicar esgotamento da capacidade de endividamento, maior dependência do consumidor, menor renda e poder de compra ou dificuldade em regularizar empréstimos, incertezas do mercado de trabalho e receio do desemprego, além de expectativas negativas em relação ao futuro da economia. Já uma queda na demanda de crédito pode indicar superação de dificuldades pelo consumidor que possibilitam a ele não recorrer a créditos no mercado. Pode também sinalizar a intenção do consumidor de não recorrer às compras financiadas. Nesse contexto, cabe acrescentar ainda a deterioração do ambiente político no País. As taxas de juros vigentes para vendas financiadas ou no cartão de crédito superam os níveis anteriores.

O desemprego crescente, conforme o IBGE, poderá requerer linhas adicionais de crédito ou renegociações de dívidas.

**TABELA 27 – INDICADOR SERASA EXPERIAN DE DEMANDA DO CONSUMIDOR POR CRÉDITO (MÉDIA DE 2008 = 100)**

Ano: 2015/2016	Região					Renda Pessoal Mensal						Total
	CO	N	NE	S	SE	até R\$ 500	R\$ 500 a R\$ 1.000	R\$ 1.000 a R\$ 2.000	R\$ 2.000 a R\$ 5.000	R\$ 5.000 a R\$ 10.000	mais de R\$ 10.000	
Out/15	124,3	138,4	127,6	112,2	121,5	139,1	122,6	119,1	117,2	118,9	120,1	121,8
Nov/15	124,8	139,2	138,4	114,0	117,6	139,9	123,0	119,1	117,0	118,6	119,3	121,9
Dez/15	124,6	139,2	131,9	117,0	117,0	139,1	122,3	118,3	116,1	117,5	118,0	121,1
Jan/16	126,4	137,0	131,7	112,9	117,0	134,8	121,5	118,0	115,8	117,4	117,6	120,3
Fev/16	123,6	129,6	124,7	113,3	115,1	131,7	118,2	115,7	114,2	116,1	116,6	117,7
Mar/16	139,5	147,6	137,4	120,3	123,5	143,3	128,2	125,6	123,3	125,1	125,6	127,7
Abr/16	128,8	133,2	132,2	117,2	116,9	136,7	121,9	118,9	116,9	118,6	119,7	121,2
Mai/16	134,4	136,6	138,9	120,5	124,1	143,4	128,1	124,9	122,5	124,4	125,5	127,3
Jun/16	134,1	138,8	140,9	126,4	126,5	145,7	130,2	127,9	126,1	128,8	129,3	130,0
Jul/16	130,1	134,9	133,0	120,1	118,8	135,9	123,3	121,4	119,7	121,1	121,1	123,1
Ago/16	137,6	139,8	143,8	133,2	126,6	149,2	134,4	129,2	125,7	127,0	128,9	132,2
Set/16	129,2	131,2	137,0	124,8	124,7	144,0	129,5	124,6	120,9	122,4	124,7	127,4
Out/16	143,1	146,1	151,2	132,6	128,7	156,3	137,8	131,2	128,0	129,0	130,5	135,1

Fonte: www.serasa.com.br – (Índices Econômicos – Demanda do Consumidor por Crédito) (Consulta em 28/11/2016)

**12.2. Inadimplência**

Inadimplente é considerado o comprador que atrasa o pagamento em mais de 90 dias. Os índices de inadimplência de 2015 cresceram bastante em relação aos números de 2014, este um ano em que o menor índice foi 143. O valor médio do índice a partir de dezembro-2014, acima de 168 pontos/mês prevalece em 2015, influenciado em grande parte pelo esgotamento do poder de compra, queda na renda do consumidor ou planejamento inadequado. Alguns fatos novos impedem ou adiam a regularização, especialmente no quadro recessivo vigente. A elevação da inadimplência indica esgotamento do poder de compra do consumidor, vinculado a financiamentos que comprometem sua capacidade de pagamento. Em 2015, o crescimento da inadimplência preocupa pois compromete compras futuras dos consumidores e as vendas do comércio. Importante ao varejo é abrir possibilidade de renegociação de dívidas, com juros menores ou ampliação dos prazos para pagamento. Renegociar abre a perspectiva de continuação do consumidor no mercado. O indicador de cheques sem fundos/ cheques compensados (Tab. 28-A) busca suprir, em parte, a descontinuidade do indicador de inadimplência (Tab. 28).

**TABELA 28 – INDICADOR SERASA EXPERIAN DE INADIMPLÊNCIA – PESSOA FÍSICA SEM AJUSTE SAZONAL - (MÉDIA DE 2009 = 100)**

Ano: 2014/2015	PEFIN (1)	REFIN (2)	Protestos	CCF (3)	Geral
Ago/14	274,1	134,7	83,5	48,4	160,2
Set/14	265,5	135,8	97,5	48,7	158,9
Out/14	255,8	136,5	107,6	50,7	157,4
Nov/14	247,9	138,7	125,7	44,7	155,5
Dez/14	259,9	143,2	142,7	51,4	163,1
Jan/15	286,9	143,6	286,9	143,6	169,8
Fev/15	291,4	140,0	112,8	44,7	168,4
Mar/15	284,8	137,8	141,0	55,9	168,7
Abr/15	277,3	149,1	120,1	49,9	171,7
Mai/15	291,0	157,3	128,4	48,9	180,0
Jun/15	320,7	161,2	134,5	48,3	190,6
Jul/15	332,0	157,6	135,4	48,3	191,7
Ago/15	340,8	145,9	131,3	45,7	187,0

**TABELA 28.A - INDICADOR DE CHEQUES SEM FUNDOS/CHEQUES COMPENSADOS %**

Período	Índice
Out/15	7,54
Nov/15	7,49
Dez/15	6,86
Jan/16	7,58
Fev/16	7,54
Mar/16	7,60
Abr/16	7,41
Mai/16	7,42
Jun/16	7,20
Jul/16	6,93
Ago/16	6,97
Set/16	7,01

Tabela 28 - Fonte: www.serasa.com.br – (Índices Econômicos – Inadimplência do Consumidor) (Consulta em 28/11/2016)

Tabela 28.A - www.bcb.gov.br (indicadores de conjuntura - indicadores econômicos - indicadores de inadimplência) (Consulta em 28/11/2016)

- (1) Fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto às financeiras, cartões de crédito e empresas não financeiras.  
 (2) Fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto aos bancos.  
 (3) Fluxo mensal de cheques devolvidos por insuficiência de fundos (2ª. devolução).

(\*) Dados de 2015 disponíveis até agosto. (consulta em 29/09/2016).

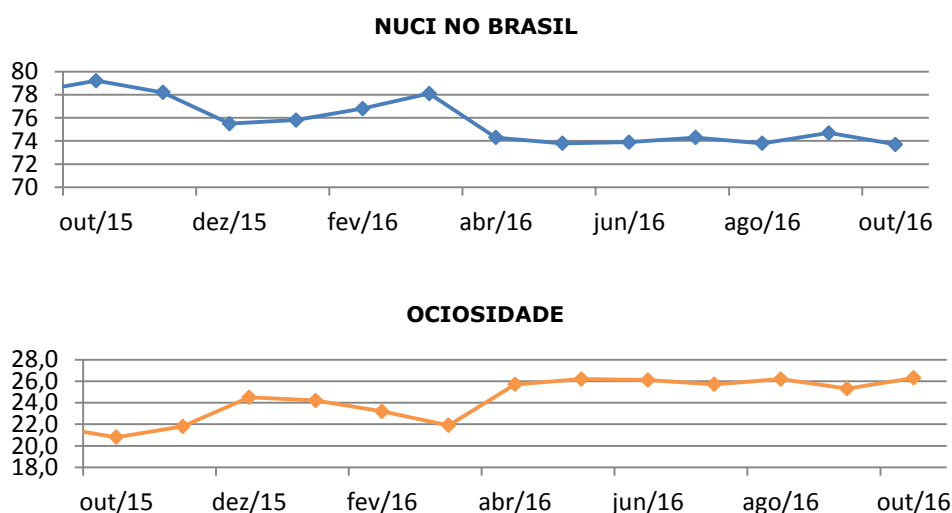
**13. NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE PRODUTIVA INSTALADA-NUCI NA INDÚSTRIA**

Em outubro, o NUCI atingiu 73,7%, inferior ao valor do mesmo mês de 2015, de acordo com a FGV. Os dados disponíveis apontam uma sequência de valores do NUCI menores que os de 2015. Dessa forma, em consequência, os números de 2016 indicam elevação da ociosidade da indústria em comparação com os números do ano anterior. A ociosidade em setembro foi 25,3%, aproximadamente ¼ da capacidade produtiva.

Os dados da CNI, permitem identificar em cada um dos 21 ramos da indústria de transformação, que nenhum deles atinge a 90% de utilização da capacidade produtiva instalada, em 2016, período maio a agosto.

**TABELA 29 – Nível de Utilização da Capacidade Produtiva Instalada na Indústria (\*)**

Período	NUCI (%)	Ociosidade (%)
<b>2010</b>	<b>84,7</b>	<b>15,3</b>
<b>2011</b>	<b>84,0</b>	<b>16,0</b>
<b>2012</b>	<b>83,9</b>	<b>16,1</b>
<b>2013</b>	<b>84,3</b>	<b>15,7</b>
<b>2014</b>	<b>83,4</b>	<b>16,6</b>
<b>2015</b>	<b>79,28</b>	<b>20,72</b>
Out	79,2	20,8
Nov	78,3	21,7
Dez	75,5	24,5
<b>2016</b>	--	--
Jan	75,8	24,2
Fev	76,8	23,2
Mar	78,1	21,9
Abr	74,3	25,7
Mai	73,8	26,2
Jun	73,9	26,1
Jul	74,3	25,7
Ago	73,8	26,2
Set	74,7	25,3
Out	73,7	26,3



Fonte: <http://portalivre.fgv.br> – (índice de sondagem da indústria) (Consulta 28/11/2016) (\*) Cálculo anual com base na média mensal do período.

**TABELA 30 – Indicadores Industriais – Nível de Utilização da capacidade instalada NUCI% - Percentual médio- Brasil**

	2016				2015			
	Set	Ago	Jul	Jun	Set	Ago	Jul	Jun
<b>Indústria de transformação</b>	<b>81,6</b>	<b>77,1</b>	<b>76,8</b>	<b>77,2</b>	<b>81,9</b>	<b>77,9</b>	<b>78,7</b>	<b>79,0</b>
1. Madeira	78,2	84,0	84,5	84,9	84,9	82,3	82,4	83,1
2. Têxteis	69,0	80,2	79,2	79,8	68,6	77,5	78,7	78,9
3. Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	88,4	88,8	88,0	90,2	88,2	89,1	89,4	89,1
3. Vestuário e acessórios	73,2	84,4	82,1	83,1	73,5	83,5	82,7	82,6
4. Couros e calçados	79,9	84,3	81,9	79,9	81,6	84,4	83,1	78,2
5. Borracha e material plástico	80,9	70,8	70,2	70,9	80,1	71,4	72,5	73,6
6. Químicos (Exceto Perfumaria, Sabões, Detergentes e Produtos de Limpeza e de Higiene Pessoal)	75,6	80,3	79,6	79,9	79,5	82,6	81,8	80,8
7. Minerais não metálicos	79,2	76,4	76,9	76,5	81,4	80,6	80,4	80,5
8. Celulose, papel e produtos de papel	78,9	88,6	88,2	87,4	80,7	88,9	89,5	89,0
9 Metalurgia	74,4	79,3	76,8	77,9	68,7	74,8	72,2	73,1
10. Farmoquímicos e farmacêuticos	77,4	77,5	79,0	78,8	78,2	86,9	87,4	86,3
11. Alimentícios	76,9	78,3	78,1	78,6	77,8	78,4	79,2	79,7
12. Impressão e reprodução de gravações	83,6	77,1	76,1	78,9	83,1	78,8	80,0	80,5
13. Produtos do fumo	69,9	2,0	28,1	39,2	73,4	29,0	61,8	60,7
14. Móveis	85,9	84,9	83,3	83,9	87,4	78,0	84,0	83,4
15. Veículos automotores, reboques e carrocerias	82,7	64,1	64,7	64,9	84,2	70,7	72,9	76,3
16. Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	79,7	79,7	79,5	80,8	77,9	81,6	82,1	82,4
17. Diversos	72,1	79,5	76,1	79,0	72,7	77,4	79,7	79,3
18. Bebidas	83,5	62,9	61,9	63,4	82,6	66,5	62,7	63,6
19. Metal (exceto máquinas e equipamentos)	1,8	74,8	73,9	74,7	17,3	72,7	74,4	73,5
20. Outros equipamentos de transporte	88,3	88,6	88,7	88,0	87,8	89,4	89,2	88,8
21. Máquinas e equipamentos	63,3	70,9	70,3	72,2	69,5	74,0	74,9	75,0

Fonte: <http://www6.sistemaindustria.org.br> (Consulta em 28/11/2016)

## III. SETOR PÚBLICO

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

### 14. ARRECAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL

A receita do governo federal em janeiro-outubro de 2016, mantém o comportamento vinculado ao quadro recessivo na economia brasileira e à redução de desempenho desde 2015. Nesse ambiente predominaram: contenção no PIB (2015 e 2016), maior desemprego, restrições ao setor industrial, dificuldades nas vendas do comércio e contenção do poder de compra do consumidor. Contribuíram bastante para a contenção: redução das vendas da indústria automotiva, da linha branca e dos móveis, e restrições sobre a indústria da construção civil.

Outros fatores conjunturais imediatos explicam a queda na arrecadação do governo, vinculada ao menor ritmo da economia. Um novo cenário na arrecadação dependeria das políticas econômicas inicialmente corretivas, mas que não poderia gerar efeitos a curto prazo. A contribuir para as limitações estão a recessão econômica e o cenário político eivado de vícios, que restringe a ampliação dos investimentos. Um grande problema vivenciado em 2016 é a queda no PIB, que superior a 3,0%.

Fatos sazonais ocorrem tradicionalmente na receita do governo: no último trimestre do ano há expansão na receita, associada ao aquecimento de vendas do período; janeiro, tradicionalmente, é o mês de maior arrecadação federal, devido o recolhimento referente ao mês anterior, que é o de maiores vendas do ano; fevereiro e março são meses de menores arrecadações.

Os produtos de alta e média tecnologia, grandes geradores de impostos, com reduzida presença na produção brasileira, tem pequena participação no "bolo" da arrecadação.

A arrecadação sobre pessoas físicas e jurídicas se dá nos três níveis: Federal, Estadual e Municipal na forma de: a) impostos; b) taxas; c) contribuições; d) transferências; e) aluguéis; f) previdência social <sup>(1)</sup>; g) outras receitas: multas, vendas de imóveis públicos, etc. Destina-se a custear programas e políticas públicas, a máquina pública e pagamento da dívida pública.

**TABELA 31 – EVOLUÇÃO DA ARRECAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL (2) (Em R\$ Milhões)**

Período	Valor a Preços Correntes	Valor a Preços de Out/2016 (IPCA)	Variação %
<b>2011</b>	<b>969.892</b>	<b>1.239.299</b>	<b>27,78</b>
<b>2012</b>	<b>1.029.260</b>	<b>1.248.030</b>	<b>21,26</b>
<b>2013</b>	<b>1.138.326</b>	<b>1.299.576</b>	<b>14,17</b>
<b>2014</b>	<b>1.187.943</b>	<b>1.275.732</b>	<b>7,39</b>
<b>2015</b>	<b>1.221.546</b>	<b>1.307.732</b>	<b>7,06</b>
Jul	104.868	115.938	10,56
Ago	93.738	101.190	7,95
Set	95.239	102.106	7,21
Out	103.530	117.471	13,47
Nov	95.461	107.986	13,12
Dez	121.502	132.148	8,76
<b>2016</b>	<b>1.059.950</b>	<b>1.078.736</b>	<b>1,77</b>
Jan	129.385	135.147	4,45
Fev	87.851	90.944	3,52
Mar	95.779	98.727	3,08
Abr	110.895	113.616	2,45
Mai	95.219	96.800	1,66
Jun	98.129	99.410	1,31
Jul	107.416	108.255	0,78
Ago	91.808	92.121	0,34
Set	94.770	95.016	0,26
Out	148.699	148.699	0,00

**TABELA 31.1 – ARRECAÇÃO FEDERAL SEGMENTADA POR TIPO DE TRIBUTO (a preços de Out/16 – IPCA) (Out/2016 (R\$ milhões))**

Imposto sobre importação	2.572
IPI Total	3.914
IR Total	51.536
IR Pessoa Física	2.344
IR Pessoa Jurídica	34.744
IR Retido na Fonte	14.447
IOF	2.723
COFINS	16.990
PIS / PASEP	4.458
CSLL	6.820
Cide – Combustíveis	479
Outras Receitas	24.069
Receita Previdenciária	30.183
Receita Administrada por Outros Órgãos	2.432
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>148.699</b>

Fonte: www.receita.fazenda.gov.br (Consulta em 28/11/2016)

**TABELA 32 – PARTICIPAÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA NO PIB – 2011 a 2014 (Em R\$ bilhões)**

Componentes	2011	2012	2013	2014	2015
Produto Interno Bruto	4.140,00	4.392,09	5.316,46	5.521,26	5.904,33
Arrecadação Tributária Bruta	1.463,00	1.574,59	1.793,77	1.789,99	1.928,35
<b>Carga Tributária Bruta</b>	<b>35,31%</b>	<b>35,85%</b>	<b>33,74%</b>	<b>32,42%</b>	<b>32,66%</b>

Fonte: www.receita.fazenda.gov.br – (Carga Tributária no Brasil 2014) (Consulta em 31/10/2016)

- (1) Contribuições à Previdência Social – CPS: É grande fonte de receita do Governo, raramente usada para financiar programas. Motivo: é considerada como contribuição para posterior devolução. É uma arrecadação do governo, com finalidade de custear aposentadorias dos que pagaram pela Previdência. Constitui, portanto, uma receita previamente comprometida. Em condições normais, a possibilidade de utilização da receita previdenciária para custear despesas diferentes da Previdência é, praticamente, zero. Em condições excepcionais, no entanto, o governo pode recorrer à receita da Previdência para custear despesas urgentes ou casos de calamidade pública, com a posterior reposição, para não prejudicar o cidadão beneficiário da previdência social.
- (2) A arrecadação refere-se à Receita Administrada pela RFB (impostos e contribuições) mais as Demais Receitas (taxas e contribuições controladas por outros órgãos).

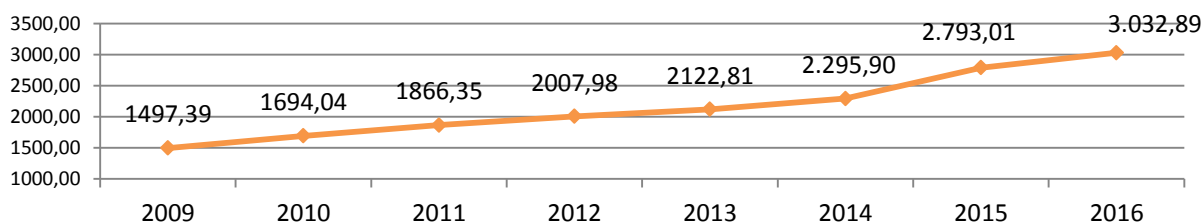
### 15. Dívida Pública Federal Interna e Externa - DPFIE

A dívida pública federal, superior a R\$ 3 trilhões, teve pequena queda em relação ao mês anterior. Para isso contribuíram a elevada taxa de juros SELIC, as dificuldades econômicas internas que, nas condições atuais, limitam a contenção da dívida pública federal interna e externa-DPFIE. A tendência no cenário atual é crescimento da dívida. A gestão dessa dívida mostra maior velocidade de crescimento a partir de 2010. Ou seja, as providências adotadas até 2009, mais rígidas e com maior poder de controle, foram mais eficientes; no entanto, a partir de 2010, os gastos crescentes num ambiente de ampliação de subsídios, incentivos tributários e queda na arrecadação, permitiram a explosão de 21,65% do crescimento da dívida em 2015 (sobre 2014), indicativo de descontrole se comparado aos percentuais anteriores. Importante é a identificação seletiva de diferentes componentes dessa dívida, na relação entre objetivos buscados e viabilizados e os benefícios obtidos.

A maior parte da dívida é para pagamento a médio e longo prazo. Além disso, governo e credores podem renegociar quanto ao débito, mudando juros, prazos ou outras formas. Considerando que a dívida pública remunera com juros SELIC, quando o Banco Central aumenta a taxa, a dívida cresce refletindo o acréscimo; por outro lado, se a SELIC cai, verifica-se menor velocidade de expansão da dívida. O crescimento da dívida em 2010-2014 superou o período 2007-2009. Ainda: o crescimento % de 2015 equivale à soma do triênio 2012-2014 cujos valores foram, respectivamente: 7,59%, 5,72% e 8,15%. O Tesouro Nacional teria recorrido às "pedaladas fiscais" no 1.º governo Dilma e no ano de 2015.

TABELA 33 – DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL INTERNA E EXTERNA		
Período	Dívida Pública (R\$ Bilhões) <sup>(1)</sup>	Varição (%)
2008	1.397,34	4,77
2009	1.497,39	7,16
2010	1.694,04	13,13
2011	1.866,35	10,17
2012	2.007,98	7,59
2013	2.122,81	5,72
2014	2.295,90	8,15
2015	2.793,01	21,65
Nov	2.716,92	2,66
Dez	2.793,01	2,80
2016	--	--
Jan	2.749,88	-1,54
Fev	2.819,47	2,53
Mar	2.886,70	2,38
Abr	2.799,79	-3,01
Mai	2.878,87	2,82
Jun	2.958,64	2,77
Jul	2.956,51	-0,07
Ago	2.955,19	-0,04
Set	3.046,91	3,10
Out	3.032,89	-0,46

#### Evolução da Dívida Pública Federal





## 16. SUPERÁVIT PRIMÁRIO

Os números de janeiro-outubro, negativos, apontam a manutenção de dificuldades em 2016. A perspectiva possível é um valor negativo que poderá superar os números de 2015. A conta do superávit primário em 2015 só ampliou o desempenho negativo, tendência que deverá crescer em 2016. Os números indicam ampliação da queda (valores negativos) em comparação com anos anteriores, desde 2005. A atual recessão econômica interna, com perspectiva de ampliação, não abre espaço para saldos positivos em 2016. Em especial, porque a previsão é de queda no PIB em relação a 2015.

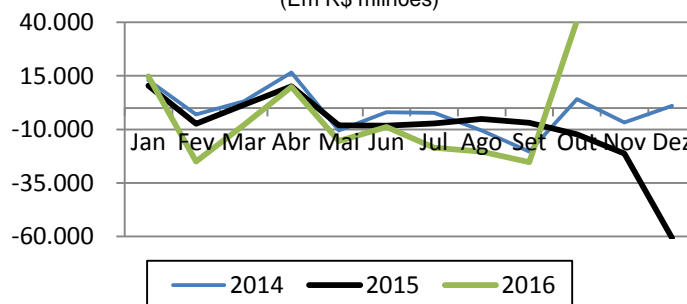
Um superávit primário nas contas públicas no mesmo exercício fiscal corresponde a receitas superiores às despesas, sem considerar gastos com juros. Significa poupança do governo destinada, principalmente, a pagar juros da dívida. A evolução do superávit é referência para investidores estrangeiros medirem a capacidade de um país pagar suas dívidas de forma contínua e regular. O aumento do superávit poderá depender, de forma diretamente proporcional, ou do tamanho do corte nos gastos ou da elevação da arrecadação em relação aos gastos. A receita maior (mantidas as alíquotas e sem novos tributos) reflete melhor o desempenho da economia.

A queda no superávit primário ou um valor negativo pode indicar: a) menor arrecadação - seja por uma queda no desempenho da economia ou redução nas alíquotas tributárias, ou ainda pela concessão de incentivos fiscais ou subsídios por prazos determinados; b) maiores gastos públicos; c) ou a combinação de ambos. Ainda, a existência do superávit fiscal poderá ser visto como possível carência ou defasagem em áreas importantes de responsabilidade do governo: investimentos e infraestrutura em geral, salários, política social ou outras. Ou seja, o superávit pode ser decorrente da contenção (ou adiamento) de gastos. O governo pode optar por adiar gastos ou não ter consciência da necessidade de efetuar despesas que beneficiem a população.

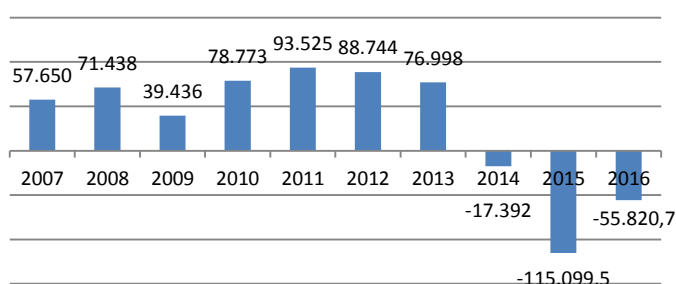
**TABELA 34 - DESEMPENHO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO - GOVERNO FEDERAL E BANCO CENTRAL (Em R\$ Milhões)**

Período	Resultado do Governo (1)	Variação Percentual (%)
2005	52.673	6,75
2006	48.748	-7,45
2007	57.650	18,26
2008	71.438	23,92
2009	39.436	-44,80
2010	78.773	99,75
2011	93.525	18,73
2012	88.744	-4,91
2013	77.072	27,56
2014	-17.392	-122,59
2015	-115.099	-561,79
Ago	-5.081,8	29,65
Set	-6.932,0	-36,41
Out	-12.279,0	-77,14
Nov	-21.229,9	-72,90
Dez	-60.727,1	-186,05
2016	-55.820,7	68,4
Jan	14.835,2	124,43
Fev	-25.002,0	-268,53
Mar	-7.892,8	68,43
Abr	9.821,9	224,44
Mai	-15.478,5	-257,59
Jun	-8.784,7	43,25
Jul	-18.536,7	-111,01
Ago	-20.292,8	-9,47
Set	-25.302,8	-24,69
Out	40.814,3	261,38

**EVOLUÇÃO MENSAL DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO (Em R\$ milhões)**



**EVOLUÇÃO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO (Em R\$ milhões)**



Fonte: [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br) (Consulta em 28/11/2016)

(1) Resultado do Governo Central origina-se do Resultado do Governo Federal mais Resultado do Banco Central e Benefícios Previdenciários, sujeito a alterações.

⊖ Valores anuais referentes a soma acumulada no ano.

## 17. O ICMS NO PARANÁ

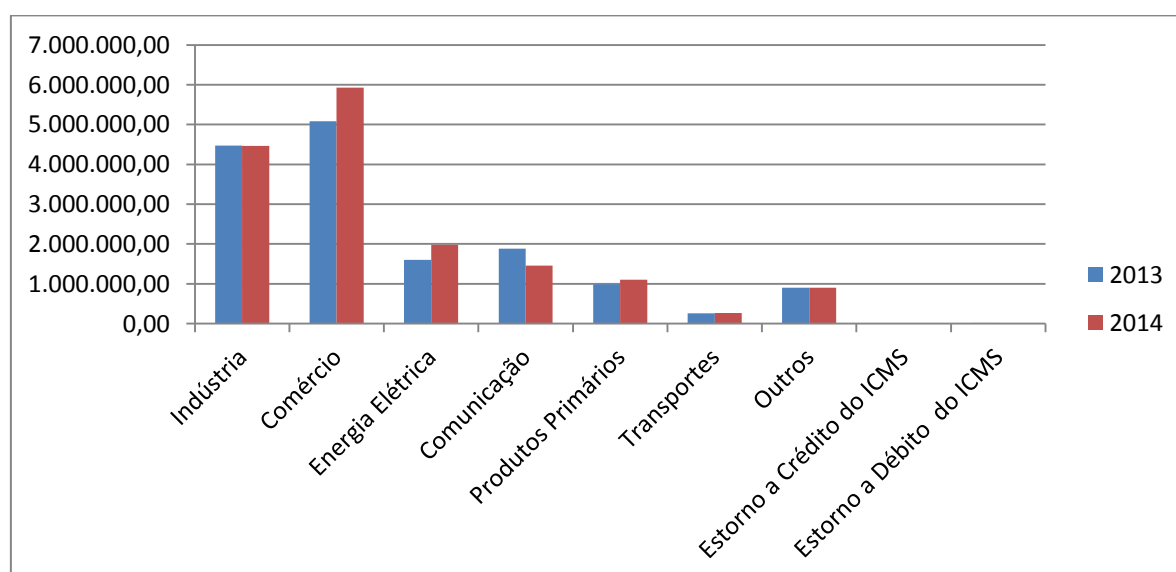
O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços é a principal fonte de arrecadação dos governos estaduais. Existe uma “guerra” fiscal entre os estados da Federação, onde cada um estabelece alíquotas de ICMS diferenciadas em relação aos demais com o objetivo de atrair empresas ou obter outras formas de benefícios. O Conselho Nacional de Política Fazendária-CONFAZ é encarregado de decisões relativas ao ICMS sendo, no entanto, necessário à unanimidade para a aprovação. Isto não ocorrendo, continua a prevalecer as diferenças de alíquotas entre os Estados.

Foi aprovado um projeto de lei pelo Legislativo federal, atribuindo ao governo federal, a partir de 2013, a definição de alíquotas tributárias do ICMS e a regulamentação da cobrança do ICMS. No entanto, a questão permanece ainda no formato de projeto.

TABELA 35 – PARANÁ: ARRECAÇÃO DE ICMS POR SETOR DE ATIVIDADE (Em R\$ milhares)				
Ordem	Setor de Atividade	2013	2014	Varição Percentual (%)
1	Indústria	4.474.576,68	4.466.977,11	-0,17
2	Comércio	5.081.902,07	5.927.071,81	16,63
3	Energia Elétrica	1.601.736,19	1.982.615,06	23,78
4	Comunicação	1.879.666,78	1.454.626,66	-22,61
5	Produtos Primários	992.582,51	1.100.045,14	10,83
6	Transportes	261.129,59	269.851,98	3,34
7	Outros	906.052,94	906.052,94	0,00
8	Estorno a Crédito do ICMS	0,70	1,95	178,30
9	Estorno a Débito do ICMS	14.998,68	2.264,11	-84,90
---	<b>Total</b>	<b>15.182.648,78</b>	<b>16.104.978,55</b>	<b>6,07</b>

Fonte: www.fazenda.pr.gov.br – (Gestão do Dinheiro Público – Balanço Geral) (Consulta em 01/11/2016)

Em 2015 o valor total da arrecadação de ICMS atingiu **o valor de R\$ 24.587.574.935,48**, conforme divulgado pelo IPARDES.



## IV. RELAÇÕES COM O EXTERIOR

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

### 18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

O saldo da balança comercial de janeiro-outubro está melhor que todo o ano de 2015. O dólar valorizado a partir de agosto de 2015 contribuiu para elevar o saldo, permitindo ampliar exportações e conter importações, tendência mantida no 1.º semestre de 2016, quando o dólar médio se aproximou de R\$ 4,00. A queda do petróleo no mercado mundial motivado pela combinação de maior produção nos EUA e redução das suas importações mais a utilização do gás de xisto, acrescido da elevação da oferta por alguns países árabes, poderão ajudar a conter o valor negativo da conta petróleo da Petrobrás, e favorecer o saldo comercial do país. Em novembro de 2016, os países maiores produtores decidiram conter produção, a fim de melhorar a cotação. No entanto, os custos da exploração do pré-sal, mais os desvios administrativos-financeiros da Petrobrás, poderão postergar a elevação da produção interna.

Os dólares arrecadados pelo sistema produtivo brasileiro (balança comercial), os empréstimos e/ou financiamentos obtidos pelo setor privado, as aplicações do exterior em bolsa de valores, e também os dólares obtidos pela venda de títulos do governo (remunerados pela Selic), tem contribuído para elevar as reservas cambiais atuais do Banco Central. Por outro lado, a *desindustrialização* ocorrida não foi superada; o perfil industrial não será recuperado a curto prazo, considerando: limitações competitivas atuais, crise econômica vigente e deterioração no contexto político. Cabe recuperar exportações da indústria de transformação, detentora de maior agregação de valor e geradora de mais empregos. Há que considerar os limites decorrentes do reduzido padrão de inovações da indústria exportadora e reduzida comercialização de produtos de alta e média tecnologia, além da conjuntura na qual países do Euro e a Argentina passam por dificuldades que limitam suas importações. Nesse sentido, é preciso ativar as inovações e modernização tecnológica da indústria brasileira. Ao governo cabe adotar políticas que estimulem inovações pelo sistema de produção, a fim de atrair indústrias, modernizar produção e melhorar competitividade. Nenhum importador gosta de adquirir imposto; não há como exportar tributos.

**TABELA 36 – BRASIL: BALANÇA COMERCIAL (Em US\$ Milhões)**

Período	Exportações*	Variação (%)	Importações*	Variação (%)	Balança Comercial*
<b>2007</b>	<b>160.649</b>	16,58	<b>120.617</b>	32,04	<b>40.032</b>
<b>2008</b>	<b>197.942</b>	23,21	<b>172.985</b>	43,42	<b>24.958</b>
<b>2009</b>	<b>152.995</b>	-22,71	<b>127.722</b>	-26,17	<b>25.272</b>
<b>2010</b>	<b>201.915</b>	31,98	<b>181.768</b>	42,32	<b>20.147</b>
<b>2011</b>	<b>256.040</b>	26,81	<b>226.240</b>	24,47	<b>29.799</b>
<b>2012</b>	<b>242.580</b>	-5,26	<b>223.149</b>	-1,37	<b>19.431</b>
<b>2013</b>	<b>242.183</b>	-0,2	<b>239.623</b>	7,4	<b>2.560</b>
<b>2014</b>	<b>225.101</b>	<b>-7,05</b>	<b>229.031</b>	<b>-4,42</b>	<b>-3.930</b>
<b>2015</b>	<b>191.132</b>	<b>-15,05</b>	<b>171.459</b>	<b>-25,13</b>	<b>19.673</b>
Jul	18.533	-5,58	16.147	6,93	2.386
Ago	15.485	-16,45	12.796	-20,75	2.689
Set	16.148	4,28	13.204	3,19	2.944
Out	16.049	-0,61	14.053	6,43	1.996
Nov	13.806	-13,98	12.609	-10,28	1.197
Dez	16.783	21,56	10.543	-16,39	6.240
<b>2016</b>	<b>153.087</b>	<b>-4,64%</b>	<b>114.562</b>	<b>-22,75%</b>	<b>38.525</b>
Jan	11.240	-33,03	10.322	-2,09	917
Fev	13.343	18,72	10.303	-0,19	3.041
Mar	15.992	19,85	11.560	12,20	4.432
Abr	15.372	-3,88	10.514	-9,05	4.858
Mai	17.569	14,29	11.136	5,92	6.433
Jun	16.739	-4,72	12.769	14,67	3.971
Jul	16.331	-2,44	11.752	-7,96	4.578
Ago	16.989	4,04	12.849	9,33	4.140
Set	15.802	-6,97	11.987	-6,71	3.815
Out	13.721	-13,15	11.375	-5,11	2.346

Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatísticas de comércio exterior – Balança comercial mensal) (Consulta em 28/11/2016)

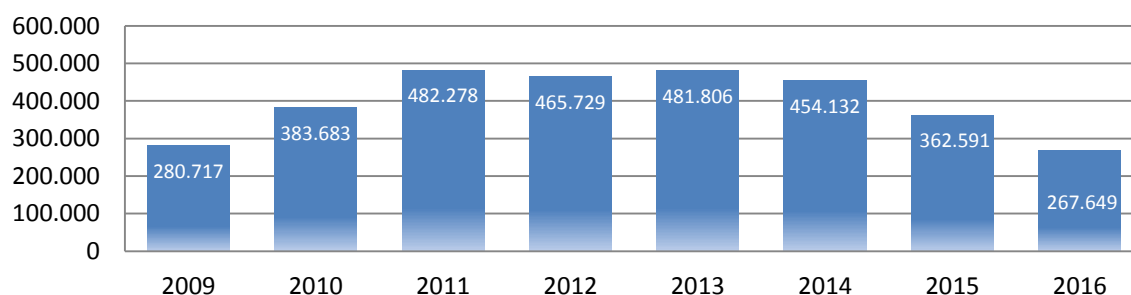
(\*) Dados Atualizados. Valores sujeitos a alteração.

## 18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

TABELA 37 – BRASIL: INTERCÂMBIO COMERCIAL  
(Em US\$ Milhões)

Países	2015 (JAN-DEZ)			2016 (JAN-OUT)		
	Exportações	Importações	Balança Comercial	Exportações	Importações	Balança Comercial
<b>AELC (1)</b>	2.917	3.161	<b>-244</b>	2.170	2.089	81
<b>África (2)</b>	8.202	8.764	<b>-562</b>	6.296	4.086	2.210
<b>Aladi (3)</b>	39.094	27.249	<b>11.845</b>	30.370	18.474	11.895
<b>MERCOSUL(*)</b>	20.987	13.065	<b>7.922</b>	15.916	9.683	6.233
Argentina	12.800	10.284	<b>2.516</b>	10.994	7.282	3.711
Paraguai	2.473	884	<b>1.589</b>	1.782	988	794
Uruguai	2.727	1.217	<b>1.510</b>	2.159	1.059	1.100
Venezuela	2.987	680	<b>2.307</b>	982	355	627
Chile	3.978	3.423	<b>555</b>	3.354	2.447	907
México	3.588	4.378	<b>-790</b>	3.123	2.900	224
Outros (4)	6.944	2.687	<b>4.257</b>	4.960	1.590	3.370
<b>Ásia</b>	63.171	55.778	<b>7.393</b>	51.885	36.052	15.833
China	35.608	30.719	<b>4.889</b>	30.714	19.262	11.453
Coreia do Sul	3.122	5.421	<b>-2.298</b>	2.455	4.756	-2.301
Japão	4.845	4.877	<b>-32</b>	3.809	3.024	785
Outros	7.514	4.131	<b>3.383</b>	5.690	2.897	2.793
<b>Canadá</b>	2.363	2.422	<b>-60</b>	1.937	1.554	383
<b>EUA (5)</b>	24.216	26.760	<b>-2.544</b>	18.917	19.879	-962
<b>Europa Oriental (6)</b>	2.867	2.955	<b>-88</b>	2.001	1.888	113
<b>Oriente Médio</b>	9.957	5.313	<b>4.644</b>	8.345	2.966	5.379
<b>União Europeia</b>	33.947	36.645	<b>-2.698</b>	28.044	26.273	1.771
Alemanha	5.179	10.378	<b>-5.200</b>	4.019	7.731	-3.713
França	2.245	4.458	<b>-2.213</b>	1.951	3.154	-1.203
Itália	3.270	4.675	<b>-1.405</b>	2.810	3.100	-290
Países Baixos	10.044	2.469	<b>7.575</b>	8.623	1.485	7.138
Reino Unido	2.907	2.800	<b>108</b>	2.407	1.972	435
Outros (7)	7.514	4.131	<b>3.383</b>	5.690	2.897	2.793
<b>Outros</b>	4.401	2.415	<b>1.986</b>	3.155	1.308	1.847
<b>Opep (8)</b>	13.953	11.515	<b>2.437</b>	10.070	5.535	4.535
<b>Total</b>	<b>191.134</b>	<b>171.461</b>	<b>19.673</b>	<b>153.119</b>	<b>114.568</b>	<b>38.551</b>

Fonte: www.bc.gov.br – (Economia e Finanças – Indicadores de Conjuntura – Indicadores Econômicos – Capítulo V – Intercâmbio Comercial Brasileiro)  
(Consulta em 28/11/2016)

Brasil: Corrente de Comércio (\*)  
Em US\$ milhões

(\*) Dados de 2016 referentes ao acumulado no ano.

**CORRENTE DE COMÉRCIO:** obtida a partir da soma: **exportações mais importações**. Quanto maior a corrente de comércio maior o grau de abertura comercial do país. No gráfico, os valores indicam o saldo total anual da corrente de comércio, que não deve ser confundida com balança comercial, que é obtida a partir de **exportações menos importações**.

(\*) Mercosul: Argentina, Paraguai, Uruguai, Venezuela; além do Brasil.

(1) Associação Europeia de Livre Comércio inclui Islândia, Noruega e Suíça (inclui Liechtenstein).

(2) Exclui países do Oriente Médio e membros da Opep.

(3) Associação Latino-Americana de Integração.

(4) Bolívia, Colômbia, Cuba, Equador, Peru e Venezuela.

(5) Inclui Porto Rico.

(6) Albânia, Armênia, Azerbaijão, Belarus, Cazaquistão, Geórgia, Moldávia, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão, Ucrânia e Uzbequistão.

(7) Áustria, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslovênia, Estônia, Finlândia, Grécia, Hungria, Irlanda, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, Portugal, República Eslovaca, República Tcheca, Romênia e Suécia.

(8) Angola, Arábia Saudita, Argélia, Catar, Emirados Árabes Unidos, Irã, Iraque, Indonésia, Kuwait, Líbia, Nigéria e Venezuela.

## 18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

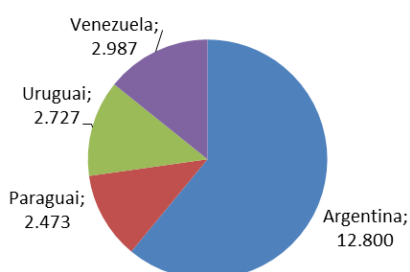
## Relações Comerciais com o MERCOSUL

TABELA 38 – BRASIL: INTERCÂMBIO COMERCIAL MERCOSUL (US\$ MILHOES)

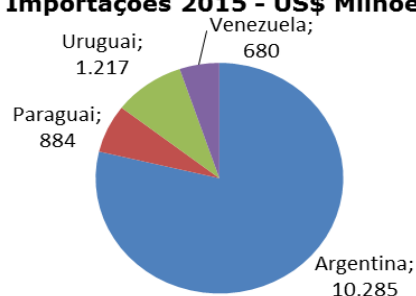
Países	Exportações	Participações nas Exportações (%)	Importações	Participações nas Importações (%)	Balança Comercial	Corrente de Comércio
<b>2016 (Jan-Out)</b>						
Argentina	10.992	69,08	7.282	75,21	3.710	18.274
Paraguai	1.782	11,20	987	10,20	795	2.769
Uruguai	2.159	13,57	1.059	10,93	1.100	3.217
Venezuela	980	6,16	355	3,67	625	1.335
<b>MERCOSUL</b>	<b>15.913</b>	<b>100,00</b>	<b>9.683</b>	<b>100,00</b>	<b>6.229</b>	<b>25.596</b>
<b>2015</b>						
Argentina	12.800	60,99	10.285	78,72	2.515	23.085
Paraguai	2.473	11,78	884	6,77	1.589	3.358
Uruguai	2.727	12,99	1.217	9,31	1.510	3.943
Venezuela	2.987	14,23	680	5,20	2.307	3.666
<b>MERCOSUL</b>	<b>20.987</b>	<b>100,00</b>	<b>13.065</b>	<b>100,00</b>	<b>7.921</b>	<b>34.052</b>
<b>2014</b>						
Argentina	14.282	57,01	14.143	77,05	139	28.425
Paraguai	3.193	12,75	1.120	6,10	2.073	4.313
Uruguai	2.945	11,76	1.918	10,45	1.027	4.863
Venezuela	4.632	18,49	1.174	6,40	3.458	5.806
<b>MERCOSUL</b>	<b>25.052</b>	<b>100,00</b>	<b>18.355</b>	<b>100,00</b>	<b>6.697</b>	<b>43.407</b>
<b>2013</b>						
Argentina	19.615	66,42	16.463	80,50	3.153	36.078
Paraguai	2.997	10,15	1.040	5,09	1.957	4.036
Uruguai	2.071	7,01	1.767	8,64	304	3.838
Venezuela	4.850	16,42	1.181	5,78	3.669	6.031
<b>MERCOSUL</b>	<b>29.533</b>	<b>100,00</b>	<b>20.450</b>	<b>100,00</b>	<b>9.083</b>	<b>49.983</b>
<b>2012</b>						
Argentina	17.998	64,61	16.444	81,22	1.554	34.442
Paraguai	2.618	9,40	988	4,88	1.630	3.605
Uruguai	2.185	7,84	1.819	8,98	366	4.003
Venezuela	5.056	18,15	997	4,92	4.059	6.053
<b>MERCOSUL</b>	<b>27.856</b>	<b>100,00</b>	<b>20.247</b>	<b>100,00</b>	<b>7.609</b>	<b>48.103</b>

Fonte: [www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br) – (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial Brasileira Mensal) (Consulta em 28/11/2016)

Exportações 2015 - US\$ Milhões



Importações 2015 - US\$ Milhões



## 18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

TABELA 39 - BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PARA O MERCOSUL EM 2016 (JAN-OUT)

Nº	PRODUTO	US\$ FOB (Milhões)	Percentual (%)
1	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	1.716,46	26,48
2	Óleos brutos de petróleo	1.048,82	16,18
3	Automóveis com motor explosão, de cilindrada >1.000 cm3 <1.500 cm3	822,80	12,69
4	Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	417,39	6,44
5	Outros veículos automóveis com motor a explosão, carga <= 5 toneladas	318,87	4,92
6	Chassis com motor diesel e cabina, 5 toneladas < carga <= 20 toneladas	270,03	4,17
7	Tratores rodoviários para semi-reboques	256,18	3,95
8	Chassis com motor para veículos automóveis transporte pessoas >= 10	175,83	2,71
9	Automóveis com motor explosão, de cilindrada não superior a 1.000 cm3	155,89	2,41
10	Alumina calcinada	148,26	2,29
11	Outros pneumáticos novos, dos tipos utilizados em ônibus ou caminhões	136,69	2,11
12	Outras partes e acessórios de carrocerias para veículos automóveis	124,57	1,92
13	Carnes desossadas de bovino, congeladas	122,60	1,89
14	Outras carnes de suíno, congeladas	118,11	1,82
15	Outros motores de explosão, de cilindrada > 1.000 cm3	117,31	1,81
16	Carnes de galos/galinhas, não cortadas em pedaços, congelada	116,02	1,79
17	Outras partes e acessórios para tratores e veículos automóveis	112,33	1,73
18	Outros açúcares de cana	105,71	1,63
19	Pneumáticos novos, utilizados em automóveis de passageiros	101,34	1,56
20	Outras preparações para elaboração de bebidas	96,40	1,49
-	<b>Total</b>	<b>6.481,60</b>	<b>100,00</b>

TABELA 40 - BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS DO MERCOSUL EM 2016 (JAN-OUT)

Nº	PRODUTO	US\$ FOB (Milhões)	Percentual (%)
1	Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	1.043,05	19,46
2	Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura	869,86	16,23
3	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	382,49	7,14
4	Malte não torrado, inteiro ou partido	323,64	6,04
5	Milho em grão, exceto para semeadura	314,76	5,87
6	Leite integral, em pó, com um teor de matérias gordas > 1,5 %, sem açúcar	261,30	4,87
7	Automóveis com motor explosão, de cilindrada não superior a 1.000 cm3	237,99	4,44
8	Naftas para petroquímica	237,02	4,42
9	Automóveis com motor explosão de cilindrada superior a 1.000	223,13	4,16
10	Automóveis com motor diesel, cm3 > 2500, superior a 6 passageiros	213,87	3,99
11	Batatas, preparadas ou conservadas, congeladas	151,96	2,83
12	Outras caixas de marchas	151,85	2,83
13	Outros feijões comuns, pretos, secos, em grãos	134,54	2,51
14	Arroz semibranqueado ou branqueado, não parboilizado, polido ou brunido	132,52	2,47
15	Carnes desossadas de bovino, frescas ou refrigeradas	125,54	2,34
16	Cevada cervejeira	122,11	2,28
17	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	117,50	2,19
18	Outros motores diesel/semidiesel, para veículos do capítulo 87	110,20	2,06
19	Outros polímeros de etileno, em formas primárias	106,61	1,99
20	Jogos de fios para velas de ignição e outros jogos utilizados em veículos	100,76	1,88
-	<b>Total</b>	<b>5.360,70</b>	<b>100,00</b>

## 18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

## As Relações Comerciais com as Três Américas

TABELA 41 - Exportações Brasileiras para países das três Américas: do Sul, Central e do Norte (em milhões de U\$S)

	País	2015		2016
		Exportações (JAN-DEZ)	Participação (%)	Exportações (JAN-OUT)
1	Estados Unidos	24.079,95	12,60	18.819,04
2	Argentina	12.800,02	6,70	10.991,97
3	Chile	3.978,44	2,08	3.353,92
4	México	3.588,35	1,88	3.121,80
5	Venezuela	2.986,60	1,56	979,95
6	Uruguai	2.726,87	1,43	2.158,71
7	Paraguai	2.473,35	1,29	1.781,98
8	Canadá	2.362,54	1,24	1.936,54
9	Colômbia	2.115,23	1,11	1.858,69
10	Peru	1.815,63	0,95	1.597,22
11	Bolívia	1.482,01	0,78	1.155,91
12	Santa Lúcia	672,83	0,35	204,81
13	Equador	665,46	0,35	515,09
14	Bahamas	593,54	0,31	279,92
15	República Dominicana	523,16	0,27	502,39
16	Cuba	513,56	0,27	254,88
17	Panamá	304,72	0,16	249,89
18	Costa Rica	267,51	0,14	254,70
19	Trinidad e Tobago	266,63	0,14	162,08
20	Guatemala	224,32	0,12	164,24
	<b>Total</b>	<b>191.134,32</b>	<b>100,00</b>	<b>153.086,67</b>

www.aliceweb2.mdic.gov.br/  
(Consulta em 28/11/2016)

TABELA 42 - Importações Brasileiras de países das três Américas: do Sul, Central e do Norte (em milhões de U\$S)

	País	2015		2016
		Importações (JAN-DEZ)	Participação (%)	Importações (JAN-OUT)
1	Estados Unidos	26.471,35	15,44	19.666,08
2	Argentina	10.284,59	6,00	7.282,31
3	México	4.377,92	2,55	2.899,83
4	Chile	3.410,86	1,99	2.442,39
5	Bolívia	2.506,28	1,46	1.128,36
6	Canadá	2.421,42	1,41	1.554,02
7	Peru	1.256,35	0,73	1.058,59
8	Uruguai	1.216,62	0,71	725,24
9	Colômbia	1.189,28	0,69	1.051,54
10	Trinidad e Tobago	993,61	0,58	216,42
11	Paraguai	884,24	0,52	987,37
12	Venezuela	679,89	0,40	354,92
13	Porto Rico	290,14	0,17	215,80
14	Equador	117,77	0,07	39,24
15	Costa Rica	52,63	0,03	113,64
16	Cuba	50,70	0,03	43,01
17	Guatemala	28,50	0,02	31,15
18	República Dominicana	24,95	0,01	11,37
19	Honduras	15,72	0,01	10,25
20	El Salvador	7,08	0,00	5,04
	<b>Total</b>	<b>171.449,05</b>	<b>100,00</b>	<b>114.562,11</b>

www.aliceweb2.mdic.gov.br/  
(Consulta em 28/11/2016)

## 18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

## Principais Produtos Exportados e Importados

TABELA 43 – BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS EM 2016 (JAN-OUT)

Nº	Produto	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Soja, mesmo triturada, Exceto Para Semeadura	18.925,11	23,06
2	Minérios De Ferro Não Aglomerados E Seus Concentrados	8.958,62	10,92
3	Óleos Brutos De Petróleo	8.222,80	10,02
4	Outros açúcares de cana	6.579,27	8,02
5	Pasta química madeira semi branqueada	4.213,12	5,13
6	Bagacos e outros resíduos sólidos, da extr.do óleo de soja	3.824,22	4,66
7	Café Não Torrado, Não Descafeinado, Em Grão	3.774,67	4,60
8	Milho Em Grão, Exceto Para Semeadura	3.322,99	4,05
9	Pedaços E Miudezas comestíveis Galinhas, Congelados	3.322,54	4,05
10	Carnes Desossadas De Bovino, Congeladas	3.018,66	3,68
11	Outros Aviões e Veículos Aéreos, Peso>15000Kg,Vazios	2.579,43	3,14
12	Automóveis c/motor explosão, 1500<cm3<=3000, até 6 passag	2.197,74	2,68
13	Partes De Turborreatores Ou De Turbopropulsores	1.903,38	2,32
14	Alumina Calcinada	1.756,84	2,14
15	Barcos-Faróis/Quindastes/Docas/Diques Flutuantes, Etc.	1.730,28	2,11
16	Ouro Em Barras, Fios E Perfis De Seção Maciça	1.697,68	2,07
17	Carnes De Galos e Galinhas, Congeladas	1.671,47	2,04
18	Açúcares De Cana, Beterraba, Sacarose Quim. Pura, Sol.	1.658,96	2,02
19	Fumo não manufaturado em folhas secas	1.369,99	1,67
20	Minérios De Ferro Aglomerado para Processo De Peletizacao	1.327,81	1,62
--	<b>Total</b>	<b>82.055,58</b>	<b>100,00</b>

TABELA 44 – BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS EM 2016 (JAN-OUT)

Nº	Produto	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Óleos brutos de petróleo	2.500,46	10,07
2	"Gasóleo" (Óleo Diesel)	2.312,11	9,31
3	Naftas Para Petroquímica	2.133,54	8,59
4	Partes De Turborreatores Ou De Turbopropulsores	1.698,18	6,84
5	Outros Cloretos De Potássio	1.644,14	6,62
6	Outras partes para aparelhos de telefonia/telegrafia	1.556,50	6,27
7	Automóveis c/motor explosão, 1500<cm3 <=3000, até 6 passag	1.258,60	5,07
8	Hulha Betuminosa, Não Aglomerada	1.108,91	4,47
9	Gás Natural No Estado Gasoso	1.072,40	4,32
10	Trigos E Misturas com Centeio, Exceto para Semeadura	1.067,77	4,30
11	Outros veículos automóveis c/motor diesel, p/ carga <= 5t	1.057,09	4,26
12	Outras Caixas De Marchas	996,91	4,01
13	Outras Partes P/Aviões Ou Helicópteros	993,02	4,00
14	Outras partes para aparelhos receptores radiodif.televisao, etc.	984,19	3,96
15	Outras Gasolinas, Exceto Para Aviação	771,19	3,11
16	Diidrogeno-Ortofosfato De Amônio, Incl.Mist.Hidrogen. Etc	764,82	3,08
17	Outs. Frações Do Sangue,Prod.Imunol.Modif.(Medicamentos)	759,61	3,06
18	Outs.Medicam.C/Comp.Heterocicl.Heteroat.Nitrog. Em Doses	736,48	2,97
19	Gás Natural, Liquefeito	718,09	2,89
20	Outras Partes E Acess. De Carroçarias Para Automóveis	698,02	2,81
--	<b>Total</b>	<b>24.832,02</b>	<b>100,00</b>

## Conta Petróleo do Brasil

TABELA 45 – BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA - COM E SEM PETRÓLEO E DERIVADOS - (US\$ milhões) (JAN-AGO) FOB

	2014	2015
<b>Exportação</b>	<b>154.018</b>	<b>128.347</b>
Petróleo e Derivados	17.238	12.050
Demais	136.780	116.297
<b>Importação</b>	<b>153.813</b>	<b>121.050</b>
Petróleo e Derivados	28.116	15.260
Demais	125.697	105.790
<b>Saldo</b>	<b>205</b>	<b>7.297</b>
Petróleo e Derivados	-10.878	-3.210
Demais	11.083	10.507



## Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

**18.1. Brasil: Comércio Exterior por Intensidade Tecnológica**

As informações disponíveis apontam que o predomínio das exportações industriais brasileiras é de bens de: 1) baixa tecnologia; e de: 2) média-alta tecnologia. As exportações de bens de alta tecnologia, com maior valor agregado é pequena. Por outro lado, em termos de importações de bens industriais, o que predomina na demanda externa do Brasil são produtos de: 1) média-alta tecnologia; e de: 2) alta tecnologia, indicando que o Brasil é um grande importador de bens de maior valor agregado, mais inovadores e de maior tecnologia.

**TABELA 46 – BRASIL: Exportação Por Intensidade Tecnológica – US\$ Milhões**

Discriminação	2012 Valor	2013 Valor	2014 Valor	2015 Valor	2015 Var.%1/	2015 Part.%
<b>Total</b>	<b>242 578</b>	<b>242 034</b>	<b>225 101</b>	<b>191 134</b>	<b>-15,1</b>	<b>100</b>
<b>Produtos não industriais</b>	<b>75 633</b>	<b>68 050</b>	<b>63 321</b>	<b>66 241</b>	<b>-22,9</b>	<b>35,7</b>
<b>Produtos industriais</b>	<b>166 945</b>	<b>173 983</b>	<b>161 780</b>	<b>121 893</b>	<b>-10</b>	<b>64,3</b>
<b>I. Alta tecnologia</b>	<b>9 994</b>	<b>9 682</b>	<b>9 643</b>	<b>9 250</b>	<b>3,0</b>	<b>4,6</b>
Aeronáutica e aeroespacial	5 625	5 593	5 842	6 454	10,7	3,4
Farmacêutica	2 123	1 997	1 972	1 316	-16,7	0,7
Outros	2 245	2 092	1 829	1 476	-5,7	0,6
<b>II. Média-alta tecnologia</b>	<b>40 690</b>	<b>39 865</b>	<b>34 464</b>	<b>33 117</b>	<b>-9,9</b>	<b>17,3</b>
Veículos automotores, reboques/semi-reboques	14 628	15 929	11 415	11 093	-2,9	5,6
Produtos químicos, exclusive farmacêuticos	10 727	10 268	10 087	11 264	-10,9	5,9
Máquinas e equipamentos mecânicos n. e.	11 370	9 763	9 336	7 658	-15,1	4,0
Outros	3 965	3 905	3 625	3 062	-15,3	1,6
<b>III. Média-baixa tecnologia</b>	<b>38 818</b>	<b>41 427</b>	<b>36 492</b>	<b>27 143</b>	<b>-12</b>	<b>14,2</b>
Produtos metálicos	21 786	19 129	20 642	17 766	-4,6	9,3
Produtos de petróleo refinado/outros combustíveis	10 536	9 376	8 726	2 607	-45	1,5
Outros	6 496	12 922	7 125	6 547	-6,9	3,4
<b>IV. Baixa tecnologia</b>	<b>77 444</b>	<b>83 010</b>	<b>81 181</b>	<b>53 363</b>	<b>-11,1</b>	<b>27,9</b>
Alimentos, bebidas e tabaco	62 647	67 246	64 852	37 651	-14	19,7
Madeira e seus produtos, papel e celulose	8 597	9 187	9 479	9 861	4,4	5,2
Têxteis, couro e calçados	4 605	4 949	5 316	4 389	-16,6	2,3
Produtos manufaturados n.e. e bens reciclados	1 594	1 629	1 534	1 462	-6,1	0,6

**TABELA 47 – BRASIL: Importação Por Intensidade Tecnológica – US\$ Milhões**

Discriminação	2012 Valor	2013 Valor	2014 Valor	2015 Valor	2015 Var.%1/	2015 Part.%
<b>Total</b>	<b>223 183</b>	<b>239 748</b>	<b>229 060</b>	<b>171 461</b>	<b>-25,2</b>	<b>100</b>
<b>Produtos não industriais</b>	<b>28 440</b>	<b>33 938</b>	<b>32 171</b>	<b>20 797</b>	<b>-35,8</b>	<b>12,1</b>
<b>Produtos industriais</b>	<b>194 744</b>	<b>205 809</b>	<b>196 889</b>	<b>150 664</b>	<b>-23,4</b>	<b>87,9</b>
<b>I. Alta tecnologia</b>	<b>40 426</b>	<b>43 081</b>	<b>41 700</b>	<b>30 824</b>	<b>-20,3</b>	<b>18,0</b>
Equipamentos de rádio, TV e comunicação	14 799	16 423	16 186	11 558	-28,6	6,7
Farmacêutica	8 937	9 690	9 471	7 190	-12,5	4,2
Instrumentos médicos de ótica e precisão	7 025	7 725	7 258	4 141	-19,4	2,4
Aeronáutica e aeroespacial	4 864	4 972	4 824	4 888	-1,1	2,9
Material de escritório e informática	4 801	4 271	3 962	3 047	-27,5	1,8
<b>II. Média-alta tecnologia</b>	<b>93 899</b>	<b>99 898</b>	<b>92 507</b>	<b>73 126</b>	<b>-21,7</b>	<b>42,7</b>
Produtos químicos, exclusive farmacêuticos	33 905	36 175	36 043	30 651	-17,2	17,9
Máquinas e equipamentos mecânicos, n. e.	26 760	27 749	24 401	18 453	-23,5	10,8
Veículos automotores, reboques/semirreboques	22 652	24 419	21 099	14 764	-30,2	8,6
Máquinas e equipamentos elétricos n. e.	8 978	10 207	9 314	7 656	-18,4	4,5
Equipamentos para ferrovia e material de transporte n. e.	1 604	1 348	1 651	1 603	-3,7	0,9
<b>III. Média-baixa tecnologia</b>	<b>41 716</b>	<b>43 982</b>	<b>43 260</b>	<b>29 469</b>	<b>-32,7</b>	<b>17,2</b>
Produtos de petróleo refinado/outros combustíveis	18 809	20 236	20 085	10 264	-49,5	6,0
Produtos metálicos	14 232	14 119	13 843	11 276	-20,5	6,6
Borracha e produtos plásticos	6 115	6 611	6 232	4 876	-21,5	2,8
Produtos de petróleo refinado/outros combustíveis	18 809	20 236	20 085	10 264	-49,5	6,0
<b>IV. Baixa tecnologia</b>	<b>18 703</b>	<b>18 849</b>	<b>19 421</b>	<b>17 242</b>	<b>-17,7</b>	<b>10,1</b>
Têxteis, couro e calçados	6 940	7 156	7 417	6 211	-16,3	3,6
Alimentos, bebidas e tabaco	7 091	7 015	7 456	6 063	-18,2	3,5
Madeira e seus produtos, papel e celulose	2 388	2 270	2 201	1 441	-27,1	0,8
Produtos manufaturados n.e. e bens reciclados	2 283	2 408	2 346	3 527	-14,6	2,1

Obs.: n. e. = não especificados nem compreendidos em outra categoria. 1/ Variação percentual pela média diária, 2015 sobre 2014.

Dados extraídos do Boletim do Banco Central – Relatório anual 2013, referente aos dados de 2012 e 2013; Relatório anual 2015 referente aos dados de 2014 e 2015.

**18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO****18.2. Providências de Estímulo às Exportações ou Defesa da Produção Interna**

Anunciadas ou vigentes desde maio/2010, para estimular o setor exportador e valorizar a produção da indústria nacional. Algumas das decisões não foram implementadas eficientemente e não produziram os efeitos necessários e esperados. As providências são as seguintes:

- 1. Créditos Tributários:** Devolução de 50% dos créditos de PIS/PASEP, COFINS, IPI, acumulados na exportação até 30 dias após o pedido. Atualmente o retorno leva até cinco anos. Terão direito as empresas ;
  - a) que exportaram pelo menos 30% do faturamento nos últimos dois anos.
  - b) que sejam exportadoras há no mínimo quatro anos.
  - c) com tributação pelo lucro real e que utilizem nota fiscal eletrônica.
  - d) cujo histórico de pedidos de ressarcimento negados não supere em 15% o total solicitado nos últimos dois anos.
- 2. Banco de Fomento:** Criação do EXIM Brasil (no estilo do Eximbank internacional), subsidiário do BNDES especializado em comércio exterior para diminuir burocracia e dar mais rapidez a operações de exportação. Voltado para operações de longo prazo, como bens de capital e serviços de engenharia.
- 3. Micro e Pequenas Empresas:** Poderão exportar até R\$ 2,4 milhões sem a contabilização desse valor no limite de faturamento para enquadramento no Simples, que é também R\$ 2,4 milhões.
- 4. Financiamento:** BNDES poderá destinar R\$ 7 bilhões para linha de exportação de bens de consumo subsidiada pelo Tesouro Nacional.
- 5. Garantias de criação:**
  - a) FGCE-Fundo Garantidor de Comércio Exterior, que terá transferências de fundo do BNDES.
  - b) FGIE- Fundo Garantidor de Infraestrutura, que reunirá fundos naval e de energia e as PPP's (Parceria Público-Privada), somando R\$ 5 bilhões.
  - c) EBS-Empresa Brasileira de Seguros para administrar risco dos fundos garantidores da União e para concessão de seguros com o setor privado.
- 6. Isenção:** Ampliação do "drawback isenção" para o mercado interno, em que os tributos pagos na compra de insumos para produtos exportados poderão ser descontados na reposição de matéria-prima nacional.
- 7. Compras Governamentais:** Produtos nacionais terão preferência nas compras do governo federal. O valor será de até 25% do similar produzido em outro país.
- 8. Autopeças:** Acaba com o desconto de 40% sobre o Imposto de Importação de autopeças para estimular a produção nacional.
- 9. Valorização recente do dólar** (e conseqüente desvalorização do R\$) poderá favorecer exportações, conter a demanda de importados (que participam com 23% a 25% na demanda final), e elevar a produção interna em segmentos específicos.
- 10. Aumento do IPI para carros importados** (set 2011): **passou a vigorar em 2012;**
- 11. Eleva de 3 para 5 anos a cobrança de 6% do IOF:** nas operações de cambio contratadas após 12/03/2012.
- 12. Proteção a produtos da Zona Franca de Manaus:** aumento de 20% p/ 35 do IPI de importados: motos, micro-ondas e aparelhos de ar condicionado.
- 13. Governo anuncia em 01/10/2012 lista de 100 produtos importados** que terão aumento no imposto de importação.
- 14. Final de janeiro de 2013:** Banco Central injeta dólares no mercado, para forçar baixa do dólar no mercado, como parte de uma política anti-inflacionária.
- 15. Junho/2013:** providencias visaram estimular a permanência de US\$ na economia brasileira.
- 16. Dezembro/2013:** aumento no IOF para uso de cartões de crédito no exterior.
- 17. Março/2015:** dólar-US\$ rompe o limite dos R\$ 3,00.

**19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE**

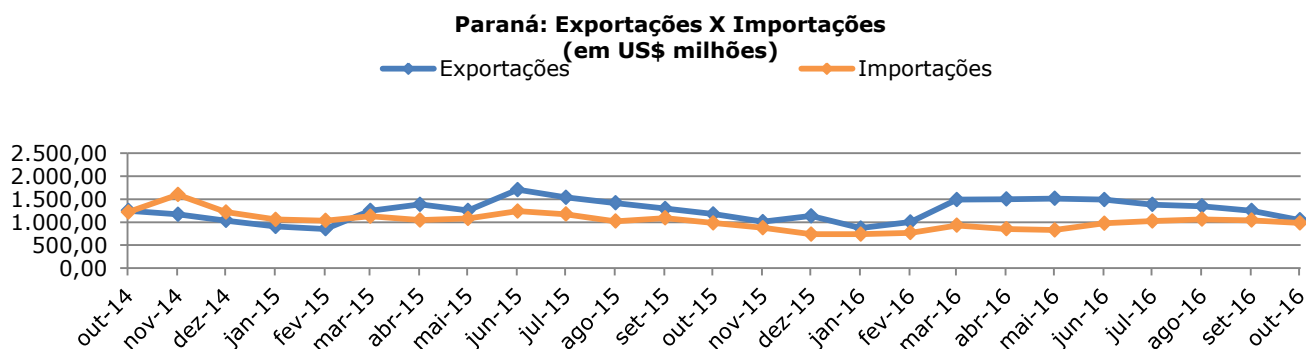
O período janeiro-outubro de 2016 apresentou melhora expressiva dos saldos positivos das contas externas do Paraná, comparadas a igual período de 2015: os números da balança comercial dos dez meses são melhores que os de todo o ano de 2015. O dólar mais valorizado a partir de agosto de 2015 permitiu melhorar as contas externas do Paraná e superar a sequência de 2008 a 2014, anos com saldos inferiores a 2015. A corrente de comércio do Paraná (exportações mais importações) em 2015 não superou 2014, devido a grande queda das importações.

O quadro interno de crise econômica no País, associado aos desvios políticos e éticos afetam toda a conjuntura econômico-social, que ainda tem que assumir a carga negativa dos escândalos comportamentais de diversas conotações, que só contribuem para dificultar ainda mais o desempenho da economia do Paraná. O ano de 2015, coincidente com o início do governo reeleito em 2014, foi um período de aumento dos preços administrados, maior tributação, retração nos investimentos e menor confiança do consumidor e do empresário quanto a performance da economia.

A participação das exportações e importações do Paraná com os países do MERCOSUL tem sido mais intensas com a Argentina, especialmente depois dos exportadores paranaenses terem atendidas algumas das reivindicações feitas ao novo governo em benefício de produtos do Estado. Por outro lado, as relações comerciais de menor valor monetário tem sido realizadas com a Venezuela.

**TABELA 48 – PARANÁ: BALANÇA COMERCIAL E CORRENTE DE COMÉRCIO**  
(Em US\$ Milhões)

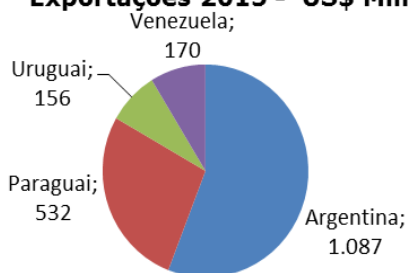
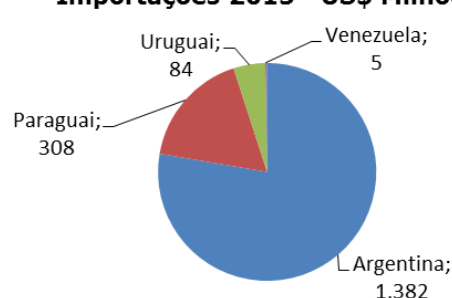
Período	Exportações*	Importações*	Saldo Balança Comercial *	Corrente de comércio*
<b>2007</b>	<b>12.352,86</b>	<b>9.017,99</b>	<b>3.334,87</b>	<b>21.370,85</b>
<b>2008</b>	<b>15.247,18</b>	<b>14.570,22</b>	<b>676,96</b>	<b>29.817,40</b>
<b>2009</b>	<b>11.222,83</b>	<b>9.620,84</b>	<b>1.601,98</b>	<b>20.843,67</b>
<b>2010</b>	<b>14.176,01</b>	<b>13.956,96</b>	<b>219,05</b>	<b>28.132,97</b>
<b>2011</b>	<b>17.394,23</b>	<b>18.767,23</b>	<b>-1.373,00</b>	<b>36.161,46</b>
<b>2012</b>	<b>17.709,59</b>	<b>19.387,10</b>	<b>-1.677,52</b>	<b>37.096,69</b>
<b>2013</b>	<b>18.239,20</b>	<b>19.343,80</b>	<b>-1.104,60</b>	<b>37.583,00</b>
<b>2014</b>	<b>16.332,15</b>	<b>17.294,27</b>	<b>-962,12</b>	<b>33.626,42</b>
<b>2015</b>	<b>14.909,08</b>	<b>12.448,70</b>	<b>2.460,38</b>	<b>27.357,78</b>
Set	1.293,85	1.090,35	203,51	2.384,20
Out	1.176,67	979,60	197,07	2.156,28
Nov	1.007,59	876,58	131,01	1.884,16
Dez	1.133,88	735,87	398,01	1.869,75
<b>2016</b>	<b>12.894,68</b>	<b>9.194,02</b>	<b>3.700,66</b>	<b>22.088,70</b>
Jan	871,19	737,76	133,43	871,19
Fev	1.002,92	767,40	235,52	1.002,92
Mar	1.490,17	930,39	559,77	1.490,17
Abr	1.499,21	852,15	647,07	1.499,21
Mai	1.513,78	827,64	686,14	1.513,78
Jun	1.489,46	972,47	516,99	1.489,46
Jul	1.381,95	1.023,20	358,75	1.381,95
Ago	1.347,75	1.059,44	288,31	1.347,75
Set	1.250,09	1.041,80	208,29	1.250,09
Out	1.048,23	981,29	66,94	2.029,51



**19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE****Relações Comerciais com o MERCOSUL****TABELA 49 – PARANÁ: INTERCAMBIO COMERCIAL MERCOSUL (US\$ MILHOES)**

Países	Exportações	Participações nas Exportações (%)	Importações	Participações nas Importações (%)	Balança Comercial	Corrente de Comércio
<b>2016 (Jan-Out)</b>						
Argentina	1.188	68,50	900	63,22	287	2.088
Paraguai	348	20,07	382	26,83	-34	730
Uruguai	122	7,05	94	6,61	28	216
Venezuela	76	4,38	48	3,34	28	123
<b>MERCOSUL</b>	<b>1.734</b>	<b>100,00</b>	<b>1.424</b>	<b>100,00</b>	<b>310</b>	<b>3.158</b>
<b>2015</b>						
Argentina	1.087	55,92	1.382	77,68	-295	2.468
Paraguai	532	27,37	308	17,31	223	840
Uruguai	156	8,02	84	4,72	72	240
Venezuela	170	8,74	5	0,28	165	174
<b>MERCOSUL</b>	<b>1.944</b>	<b>100,00</b>	<b>1.779</b>	<b>100,00</b>	<b>165</b>	<b>3.723</b>
<b>2014</b>						
Argentina	1.204	54,19	1.814	72,47	-560	2.488
Paraguai	613	27,59	545	21,77	51	977
Uruguai	161	7,25	133	5,31	11	239
Venezuela	244	10,98	11	0,44	199	221
<b>MERCOSUL</b>	<b>2.222</b>	<b>100,00</b>	<b>2.503</b>	<b>100,00</b>	<b>-264</b>	<b>3.558</b>
<b>2013</b>						
Argentina	2.049	68,30	2.322	78,26	-273	4.371
Paraguai	622	20,73	404	13,62	218	1.027
Uruguai	168	5,60	124	4,18	43	292
Venezuela	161	5,37	116	3,91	44	277
<b>MERCOSUL</b>	<b>3.000</b>	<b>100,00</b>	<b>2.967</b>	<b>100,00</b>	<b>33</b>	<b>5.967</b>
<b>2012</b>						
Argentina	1.835	62,93	2.308	80,06	-473	4.143
Paraguai	524	17,97	453	15,71	71	978
Uruguai	401	13,75	102	3,54	299	503
Venezuela	156	5,35	20	0,69	137	176
<b>MERCOSUL</b>	<b>2.916</b>	<b>100,00</b>	<b>2.883</b>	<b>100,00</b>	<b>33</b>	<b>5.800</b>

Fonte: www.mdic.gov.br (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial Unidades da Federação) (Consulta : 28/11/2016)

**Exportações 2015 - US\$ Milhões****Importações 2015 - US\$ Milhões**

## Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

## 19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

TABELA 50 - PARANÁ: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PARA O MERCOSUL EM 2016 (JAN-OUT)

Nº	PRODUTO	US\$ FOB Milhões	Percentual (%)
1	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	398,33	37,91
2	Outros veículos automóveis com motor a explosão, carga <= 5 toneladas	120,71	11,49
3	Adbus minerais ou químicos, que contenham nitrogênio, fósforo e potássio	69,60	6,62
4	Tratores rodoviários para semi-reboques	58,94	5,61
5	Outros motores de explosão, de cilindrada superior a 1.000 cm3	49,48	4,71
6	Outras carnes de suíno, congeladas	47,87	4,56
7	Outros papéis e cartões dos tipos utilizados para escrita ou impressão	46,72	4,45
8	Papel e cartão revestidos, impregnados ou recobertos de plástico	33,20	3,16
9	Eixos de transmissão com diferencial para veículos automóveis	29,84	2,84
10	Carnes de galos e galinhas, não cortadas em pedaços, congelada	24,80	2,36
11	Outros papéis e cartões de camadas múltiplas, revestidos de caulim	21,74	2,07
12	Pneumáticos novos, utilizados em automóveis de passageiros	20,06	1,91
13	Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	19,91	1,89
14	Outros tratores	17,85	1,70
15	Betume de petróleo	17,67	1,68
16	Outras pás mecânicas, escavadores, carregadoras, etc.	16,87	1,60
17	Outros açúcares de cana	16,62	1,58
18	Leite integral em pó com um teor de matérias gordas >1,5 %	14,53	1,38
19	Outras partes e acessórios para tratores e veículos automóveis	13,46	1,28
20	Outros recipientes tubulares, de alumínio, de capacidade < 300 litros	12,67	1,21
-	<b>Total</b>	<b>1.050,85</b>	<b>100,00</b>

TABELA 51 - PARANÁ: PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS DO MERCOSUL EM 2016 (JAN-OUT)

Nº	PRODUTO	US\$ FOB Milhões	Percentual (%)
1	Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	131,27	12,09
2	Milho em grão, exceto para semeadura	127,81	11,77
3	Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura	110,89	10,21
4	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	106,70	9,83
5	Malte não torrado, inteiro ou partido	105,68	9,73
6	Outros feijões comuns, pretos, secos, em grãos	98,28	9,05
7	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	45,57	4,20
8	Pastas químicas de madeira, semibranqueadas ou branqueadas, de coníferas	44,77	4,12
9	Cevada cervejeira	43,44	4,00
10	Outros fungicidas apresentados de outro modo	40,40	3,72
11	Farinha de trigo	31,40	2,89
12	Automóveis com motor explosão, de cilindrada < 1.000 cm3	30,04	2,77
13	Azeitonas, não congeladas	28,57	2,63
14	Outras caixas de marchas	28,26	2,60
15	Metanol (álcool metílico)	25,37	2,34
16	Jogos de fios para velas de ignição e outros jogos de fios	22,91	2,11
17	Ureia, com teor de nitrogênio (azoto) superior a 45 %	19,11	1,76
18	Garrações, garrafas, frascos, artigos semelhantes, de plásticos	15,20	1,40
19	Outros feijões comuns, secos, em grãos	15,08	1,39
20	Outras misturas, preparações alimentícias de gorduras, óleos, etc.	14,83	1,37
-	<b>Total</b>	<b>1.085,58</b>	<b>100,00</b>

## 19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

TABELA 52 – PARANÁ: PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO DE PRODUTOS (1)

Nº	2015 (JAN-DEZ)			2016 (JAN-OUT)		
	Dez Principais Destinos	US\$ Milhões	Participação Percentual (%)	Dez Principais Destinos	US\$ Milhões	Participação Percentual (%)
1	China	3.221,08	38,86	China	3.331,85	44,11
2	Argentina	1.086,56	13,11	Argentina	1.187,60	15,72
3	Estados Unidos	698,07	8,42	Estados Unidos	634,19	8,40
4	Arábia Saudita	577,64	6,97	Países Baixos (Holanda)	456,23	6,04
5	Países Baixos (Holanda)	533,45	6,44	Arábia Saudita	420,53	5,57
6	Paraguai	531,89	6,42	Alemanha	383,99	5,08
7	Alemanha	508,79	6,14	Paraguai	347,98	4,61
8	Índia	481,44	5,81	Coreia Do Sul	279,70	3,70
9	Japão	377,15	4,55	Japão	259,38	3,43
10	Chile	273,43	3,30	Índia	251,48	3,33
---	<b>Total</b>	<b>8.289,49</b>	<b>100,00</b>	<b>Total</b>	<b>7.552,92</b>	<b>100,00</b>

TABELA 53 – PARANÁ: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS EM 2016 (JAN-OUT) (1)

Nº	Produto	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	2.874,39	32,15
2	Pedaços e miudezas de galos e galinhas, congelados	1.130,48	12,65
3	Bagacos e resíduos sólidos da extração do óleo de soja	824,97	9,23
4	Outros açúcares de cana	720,68	8,06
5	Carnes de galos e galinhas, não cortadas, congeladas	633,19	7,08
6	Automóveis com motor a explosão, 1500 < cm3 <= 3000	430,90	4,82
7	Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado	317,65	3,55
8	Milho em grão, exceto para semeadura	287,99	3,22
9	Outras madeiras folheadas	250,32	2,80
10	Café solúvel, mesmo descafeinado	238,60	2,67
11	Outros papeis e cartões para escrita	217,03	2,43
12	Pasta Química de madeira semi branqueada	167,49	1,87
13	Outros Veículos Automóveis C/Motor Explosão, Carga <= 5T	160,14	1,79
14	Farinhas e "pellets" da extração do óleo de soja	150,07	1,68
15	Torneiras E Outros Dispositivos P/Canalizações, Etc.	141,34	1,58
16	Outras carnes de suíno congeladas	137,55	1,54
17	Madeira De Coníferas, Perfilada	128,77	1,44
18	Tratores rodoviários para semi-reboques	127,76	1,43
19	Madeira de coníferas serrada/cortada	112,28	1,26
20	Carnes de outros animais, salgadas, secas, etc.	111,49	1,25
-	<b>Total</b>	<b>8.939,33</b>	<b>100,00</b>

Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança Comercial Brasileira: Unidades da Federação)

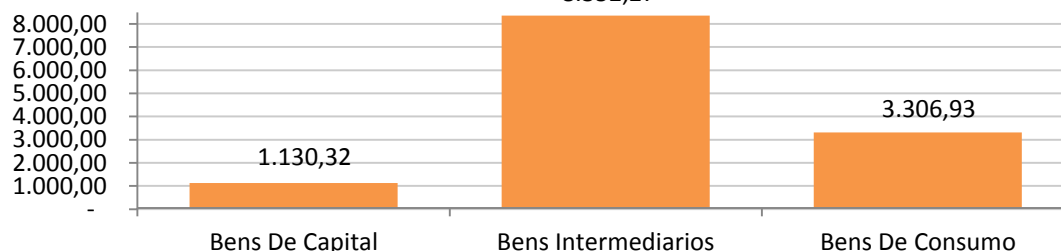
(Consulta em 28/11/2016)

## PARANÁ: EXPORTAÇÕES POR TIPOS DE BENS

(Jan - Out de 2016)(2)

(em US\$ milhões)

8.352,27



Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial Unidades da Federação) (Consulta em 28/11/2016)

(\*) Dados Atualizados. Sujeitos à alteração.

(1) Dados preliminares.

(2) Bens de Capital: bens que geram riqueza: máquinas que fabricam outros bens; ou bens de longa duração: equipamento hospitalar.  
Bens Intermediários: bens manufaturados ou matérias-primas processadas utilizadas na produção de outros bens (exemplo: peças para veículos)  
Bens de Consumo: para o atendimento das demandas e necessidades imediatas da população: alimentos, remédios, etc.

**19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE****TABELA 54 – PARANÁ: PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS DE DESTINO E ORIGEM DE PRODUTOS**

2016 (JAN-OUT)			2016 (JAN-OUT)		
Principais Blocos Econômicos de Destino	US\$ Milhões	%	Principais Blocos Econômicos de Origem	US\$ Milhões	%
Ásia (Exclusive Oriente Médio)	5.349,71	44,60	União Europeia - UE	2.717,40	31,93
Aladi	2.829,23	23,59	Ásia (Exclusive Oriente Médio)	2.223,03	26,12
União Europeia - UE	1.834,72	15,30	Aladi	1.928,89	22,67
Oriente Médio	1.086,99	9,06	Sem Agrupamento Especifico	1.310,86	15,40
Demais Blocos	894,10	7,45	África	330,05	3,88
<b>Total</b>	<b>11.994,74</b>	<b>100,00</b>	<b>Total</b>	<b>8.510,24</b>	<b>100,00</b>

(\*)Considera apenas blocos econômicos e não países não pertencentes a estes blocos.

**TABELA 55 – PARANÁ: PRINCIPAIS EMPRESAS EXPORTADORAS EM 2016 (JAN-SET)**

Nº	20 Principais Empresas Exportadoras	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Renault Do Brasil S.A	680,18	10,32
2	Brf S.A.	666,06	10,11
3	Cooperativa Agropecuaria Mouraoense Ltda	655,00	9,94
4	Cargill Agricola S A	606,38	9,20
5	Louis Dreyfus Company Brasil S.A.	472,16	7,16
6	Bunge Alimentos S/A	467,47	7,09
7	Klabin S.A.	451,67	6,85
8	Usina De Acucar Santa Terezinha Ltda	378,26	5,74
9	Volvo Do Brasil Veiculos Ltda	260,89	3,96
10	Nidera Sementes Ltda.	254,32	3,86
11	Copacol-Cooperativa Agroindustrial Consolata	230,41	3,50
12	Chs Do Brasil - Graos E Fertilizantes Ltda.	224,80	3,41
13	Seara-Ind. E Comercio De Produtos Agro-Pecuarios Ltda	206,80	3,14
14	C.Vale - Cooperativa Agroindustrial	190,94	2,90
15	Engelhart Ctp (Brasil) S.A.	153,64	2,33
16	Cooperativa Agroindustrial Lar	147,51	2,24
17	Companhia Cacique De Cafe Soluvel	145,95	2,21
18	Usina Alto Alegre S/A - Acucar E Alcool	140,86	2,14
19	Cofco Brasil S.A	130,23	1,98
20	Glencore Importadora E Exportadora S/A	127,46	1,93
---	<b>Total</b>	<b>6.591,00</b>	<b>100,00</b>

**TABELA 56 – PARANÁ: PRINCIPAIS EMPRESAS IMPORTADORAS EM 2016 (JAN-SET)**

Nº	20 Principais Empresas Importadoras	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Renault Do Brasil S.A	668,90	16,77
2	Volkswagen Do Brasil Ltda	440,77	11,05
3	Klabin S.A.	233,21	5,85
4	Fertipar Fertilizantes Do Parana Limitada	231,14	5,80
5	Mosaic Fertilizantes Do Brasil Ltda.	226,02	5,67
6	Brf S.A.	210,69	5,28
7	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	208,71	5,23
8	Volvo Do Brasil Veiculos Ltda	198,51	4,98
9	Yara Brasil Fertilizantes S/A	192,46	4,83
10	Adama Brasil S/A	184,95	4,64
11	Sul Plata Trading Do Brasil Ltda	160,32	4,02
12	Oil Trading Importadora E Exportadora Ltda.	145,16	3,64
13	Electrolux Do Brasil S/A	144,09	3,61
14	Cooperativa Agraria Agroindustrial	131,38	3,29
15	Cnh Industrial Latin America Ltda.	120,76	3,03
16	Du Pont Do Brasil S A	113,58	2,85
17	Flamma Oleos E Derivados Ltda	107,58	2,70
18	Blueway Trading Importacao E Exportacao S.A.	99,22	2,49
19	Fertilizantes Heringer S.A.	91,73	2,30
20	Greenenergy Brasil Trading S.A.	79,21	1,99
---	<b>Total</b>	<b>3.988,37</b>	<b>100,00</b>

Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior) (Consulta em 28/11/2016)

Últimos dados disponíveis referentes às Tabelas 55 e 56 são referentes à setembro. (consulta em 28/11/2016).

**19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE****TABELA 57 – PARANÁ: EXPORTAÇÕES – TOTAIS POR FATOR AGREGADO**  
(Em US\$ Milhões)

Período	Básicos	Indústria- lizados	Operações Especiais	TOTAL
<b>2007</b>	<b>4.233,78</b>	<b>7.949,75</b>	<b>169,32</b>	<b>12.352,86</b>
<b>2008</b>	<b>5.787,48</b>	<b>9.152,08</b>	<b>307,62</b>	<b>15.247,18</b>
<b>2009</b>	<b>4.985,13</b>	<b>6.024,36</b>	<b>213,33</b>	<b>11.222,83</b>
<b>2010</b>	<b>5.983,15</b>	<b>7.921,86</b>	<b>270,99</b>	<b>14.176,01</b>
<b>2011</b>	<b>7.952,48</b>	<b>9.056,69</b>	<b>385,06</b>	<b>17.394,23</b>
<b>2012</b>	<b>8.356,71</b>	<b>9.022,70</b>	<b>330,17</b>	<b>17.709,59</b>
<b>2013</b>	<b>9.068,37</b>	<b>8.916,49</b>	<b>254,34</b>	<b>18.239,20</b>
<b>2014</b>	<b>8.304,08</b>	<b>7.775,25</b>	<b>252,79</b>	<b>16.332,12</b>
<b>2015</b>	<b>7.649,59</b>	<b>7.084,25</b>	<b>175,24</b>	<b>14.909,08</b>
Jul	895,13	619,46	22,85	1.537,44
Ago	783,82	619,10	12,80	1.415,71
Set	639,78	638,39	15,68	1.293,85
Out	539,38	626,71	10,59	1.176,67
Nov	444,23	553,27	10,09	1.007,59
Dez	499,41	625,17	9,30	1.133,88
<b>2016</b>	<b>6.473,29</b>	<b>6.347,60</b>	<b>73,79</b>	<b>12.894,68</b>
Jan	443,58	419,89	7,72	871,19
Fev	506,98	490,13	5,81	1.002,92
Mar	903,24	578,47	8,45	1.490,17
Abr	935,22	553,84	10,15	1.499,21
Mai	810,82	694,15	8,81	1.513,78
Jun	738,83	740,84	9,79	1.489,46
Jul	745,73	628,71	7,51	1.381,95
Ago	510,15	834,45	3,15	1.347,75
Set	480,87	762,14	7,08	1.250,09
Out	397,90	645,01	5,32	1.048,23

Fonte: www.mdic.gov.br (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial Unidades da Federação)  
(Consulta: 28/11/2016)

**TABELA 58 – PARANÁ: BALANÇA COMERCIAL DOS MAIORES EXPORTADORES MUNICIPAIS EM 2016 (JAN-OUT)**  
(Em US\$ Milhões)

Nº	15 Principais Municípios	Exportações	Percen tual (%)	Importações	Percen tual (%)	Balança Comercial	Corrente de Comércio
<b>1</b>	Paranaguá	3.383,17	30,41	1.312,53	18,12	2.070,64	4.695,70
<b>2</b>	Maringá	1.524,82	13,71	132,11	1,82	1.392,71	1.656,93
<b>3</b>	São José dos Pinhais	1.341,11	12,05	1.794,70	24,78	-453,59	3.135,82
<b>4</b>	Curitiba	1.015,36	9,13	1.910,70	26,38	-895,34	2.926,06
<b>5</b>	Ponta Grossa	966,36	8,69	310,17	4,28	656,19	1.276,53
<b>6</b>	Araucária	594,07	5,34	878,71	12,13	-284,65	1.472,78
<b>7</b>	Londrina	583,55	5,25	326,87	4,51	256,69	910,42
<b>8</b>	Cascavel	259,05	2,33	138,85	1,92	120,21	397,90
<b>9</b>	Cafelândia	242,33	2,18	13,34	0,18	228,99	255,67
<b>10</b>	Rolândia	235,71	2,12	20,49	0,28	215,22	256,20
<b>11</b>	Palotina	221,75	1,99	4,20	0,06	217,55	225,96
<b>12</b>	Marialva	218,70	1,97	8,44	0,12	210,27	227,14
<b>13</b>	Ortigueira	207,42	1,86	226,22	3,12	-18,80	433,64
<b>14</b>	Telêmaco Borba	176,16	1,58	27,24	0,38	148,92	203,40
<b>15</b>	Campo Largo	156,15	1,40	139,24	1,92	16,92	295,39
--	<b>TOTAL</b>	<b>11.125,73</b>	<b>100</b>	<b>7.243,82</b>	<b>100</b>	<b>3.881,92</b>	<b>18.369,55</b>

Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial brasileira: Municípios)  
(Consulta em 28/11/2016)



**20. INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO-IED NA ECONOMIA BRASILEIRA**

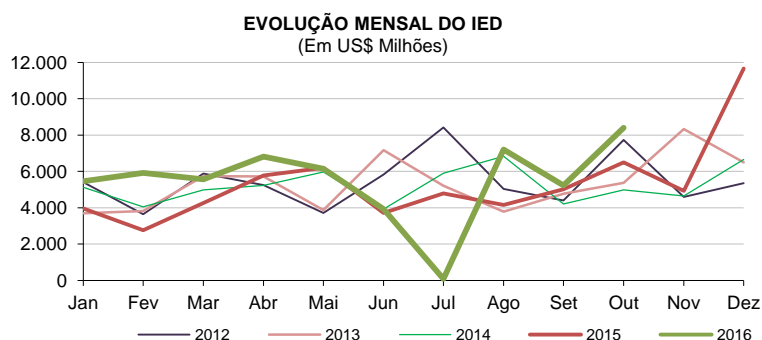
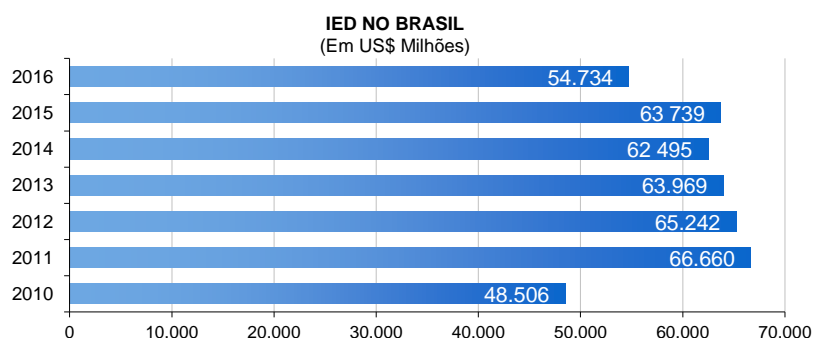
A atual crise econômica e política no Brasil, com diferentes nuances, permite aos investidores do exterior usufruírem de menores custos de importações em termos cambiais e um maior poder de compra do US\$ comparado ao R\$. Em 2016, em dez meses, o IED esteve próximo ao verificado em 2015. Analisando sob uma perspectiva de médio e longo prazo, era esperado um contexto conveniente para investimento do exterior, especialmente considerando-se os impactos e efeitos pós *impeachment* aprovado pelo Senado. Todavia, a entrada esperada de dólares foi contida devido novas questões políticas internas surgidas que refletiram na forma de contenção da economia. O IED de 2015 foi US\$ 63,739 bilhões; em 2014 atingiu US\$ 62,5 bilhões, a 3.ª queda sucessiva anual do IED no Brasil a partir de 2011. O IED no país poderia ser comprometido pela ocorrência simultânea de fatos como: melhora na economia dos EUA, possibilidade de adoção pelo governo brasileiro de medidas restritivas para interferir no rendimento dos investimentos ou limitações a remessas para o exterior, ou fatores aleatórios imprevisíveis, inclusive de conotação política. A recente deterioração da credibilidade da economia brasileira no resto do mundo, a queda do "grau de investimento" para "grau especulativo" e a teia de fatos relacionados à "operação lava-jato", dificultam a superação. Mas desde que as estruturas política, institucional e econômica do país tenham superação, os IED's tenderão a retornar mais rapidamente.

O IED é um fluxo importante de capital: permite ampliar produção, inovar e modernizar produtos, e melhorar produtividade. Considera somente o *capital externo produtivo*, capaz de gerar novos bens e serviços. Difere do *capital especulativo*, aplicado em títulos da dívida pública e bolsa de valores, que tem um imediatismo quanto ao retorno, ou seja, não permanecendo por longo prazo. Com uma crise, sai do país, sem gerar empregos, produtos ou serviços.

Em 2010-2011, houve grandes investimentos no ramo automotivo via instalação ou ampliação, financiados pelo BNDES e uma teia de incentivos fiscais concedidos pelos estados. Até 2011, o IED cresceu ano a ano, associado à confiança do exterior e o PIB de 7,5% em 2010. Em 2009, a exceção foi a queda associada à crise nos EUA que repercutiu no Brasil.

**TABELA 59 – INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO BRASIL**

Período	Valor em US\$ Milhões*	Varição Percentual (%)
2006	18.822	24,93
2007	34.584	83,74
2008	45.058	30,29
2009	25.948	-42,41
2010	48.506	86,93
2011	66.660	37,43
2012	65.242	-2,13
2013	63.969	-2,00
2014	62.495	-2,30
2015	63.739	1,99
Set	5.021	20,69
Out	6.500	29,46
Nov	4.930	-24,15
Dez	11.654	136,38
2016*	54.734	16,07
Jan	5.455	-53,20
Fev	5.920	8,54
Mar	5.557	-6,13
Abr	6.820	22,73
Mai	6.145	-9,89
Jun	3.917	-36,26
Jul	78	-98,01
Ago	7.208	9.135,49
Set	5.233	-27,40
Out	8.400	60,51



Fonte: www.bcb.gov.br - (Economia e Finanças- Notas econômico financeiras para a imprensa - Setor Externo - Quadro X) (Consulta em 28/11/2016) (\*) Dados preliminares; Acumulado no Ano.

**21. DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA- DEB**

A DEB em outubro de 2016 estava pouco acima do valor total de 2015. A DEB total é o somatório das dívidas do setor público (governos: federal, estaduais e municipais, mais Distrito Federal e empresas públicas) e setor privado. Em outubro/ 2016 os números apontavam maior participação da dívida de médio e longo prazo: 80,36% do total, superior à participação da dívida de curto prazo, que chegou a 19,64%, que contribui para reduzir a pressão para pagamentos. A distribuição dessa dívida amplia a elasticidade no pagamento e renegociações.

A forma de gestão e administração do estoque de divisas praticada pelo Banco Central indica condições consistentes para desembolsos futuros para pagamentos da dívida externa.

A existência de dívida, mesmo que grande, não indica, necessariamente, inviabilização de uma economia. Pode representar maior captação de recursos que sejam necessários e importantes para os setores públicos ou empresários do setor privado. Desde que utilizados sob uma gestão financeira eficiente podem ser perfeitamente justificáveis.

TABELA 60 – DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA (Em US\$ Milhões)					
Período	Curto Prazo		Médio e Longo Prazo		Total
	Valor	(%)	Valor	(%)	
2008	36.444	18,37	161.896	81,63	<b>198.340</b>
2009	30.972	15,62	167.220	84,37	<b>198.192</b>
2010	56.450	22,12	198.734	77,87	<b>256.804</b>
2011	39.040	13,13	258.310	86,87	<b>297.349</b>
2012	37.535	11,85	279.295	88,15	<b>316.831</b>
2013	32.855	10,53	279.166	89,51	<b>312.022</b>
2014	54.614	15,71	293.008	84,29	<b>347.621</b>
2015	56.103	16,61	281.629	83,39	<b>337.732</b>
2016*	65.869	19,64	269.492	80,36	<b>335.361</b>

Fonte: www.bcb.gov.br – (Economia e Finanças – Notas econômico-financeiras para a imprensa – Setor externo – quadro 22) (Consulta em 28/11/2016) (\*) Dados de Outubro

**21.1. Distribuição da Dívida: Governo e Setor Privado**

A dívida externa brasileira está distribuída em dívidas do governo e do setor privado. A dívida registrada para 2010-2015, conforme o Banco Central está na Tabela abaixo.

Constata-se uma realidade pouco conhecida do grande público: do total da dívida externa brasileira, verifica-se que o setor privado, no período 2010 - 2015 é, na média, responsável por mais da metade dessa dívida. O período 2011-2014 mostra forte inversão de tendência comparada a 2009-2010. O dado mais recente da dívida, ano de 2015, indica setor privado devedor de 61,8% do total da dívida externa, quase 20% acima do setor público. A dívida privada cresceu muito a partir de 2010, sob estímulo dos baixos juros no exterior e valorização do R\$ perante o US\$ até 2011. A dívida pública está distribuída entre governos: federal, estaduais, municipais mais as estatais.

TABELA 61 – BRASIL: PARTICIPAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA			
Ano	Setor Público	Setor Privado	Total
2010 (1)	45,0	55,0	100
2011 (2)	37,2	62,8	100
2012 (3)	36,3	63,7	100
2013 (4)	38,5	61,5	100
2014 (5)	39,4	60,6	100
2015 (6)	38,2	61,8	100

Fonte: (1) Boletim Anual – 2010 do Banco Central do Brasil (p. 135). (2) Boletim Anual – 2011 do Banco Central do Brasil (p. 129). (3) Boletim Anual – 2012 do Banco Central do Brasil (p. 129). (4) Boletim Anual – 2013 do Banco Central do Brasil (p. 121). (5) Boletim Anual – 2012 do Banco Central do Brasil (p. 119). (6) Boletim Anual – 2015 do Banco Central do Brasil (p. 121)

## 22. RESERVAS CAMBIAIS

Em novembro de 2016, as reservas cambiais atingiram valores abaixo das verificadas, mês a mês, desde março /2016. chegou-se a U\$ 372,9 bilhões. Em dezembro de 2015, o saldo de reservas atingiu US\$ 368,6 bilhões, inferior ao existente no período 2012-2014, superando no triênio o saldo de US\$ 374 bilhões.

As reservas cambiais são muito importantes e estratégicas no atual contexto econômico; permitem um "lastro cambial" que revela disponibilidade de elevado estoque no BC, atuando como um colchão amortecedor desde o início da crise mundial de 2008 Permitiu ao Brasil, até 1º semestre de 2014, maior credibilidade no mercado externo, manter o "grau de investimento" obtido em 2008 e 2009 e ampliar entrada de capital externo.

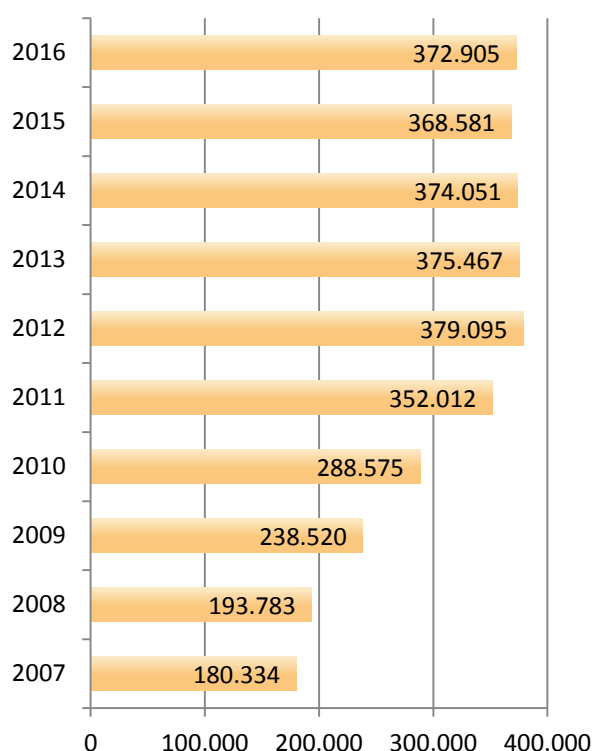
Atualmente, o **grau de investimento** da economia concedido pelas três agências internacionais de classificação de risco (\*\*\*) foi baixado para **grau especulativo**. A redução da nota pelas agências de classificação de risco significa que o acesso a crédito no exterior será menor, os juros pagos serão maiores e também pode incentivar a retirada de aplicações do exterior. Nas condições atuais, a nova nota do Brasil no cenário global, passa a representar um risco maior considerando as maiores incertezas para os investidores.

Uma parcela dos US\$ da reserva cambial é especulativa, por conta dos juros maiores pagos pelos títulos do governo, comparados à remuneração em outros países. É um volume de divisas importante para a economia brasileira, mas que gera um custo associado às aplicações do exterior em títulos do governo, que pagam altas remunerações. É o "capital especulativo" volátil, sem compromisso com produção, investimento interno ou emprego e que, em função de um distúrbio no mercado externo poderá, rapidamente, sair do País. Os dólares do BC, em parte aplicados em títulos do governo americano, tem remuneração inferior à paga pelo governo brasileiro. Uma parcela das reservas advém da compra de US\$ pelo BC em períodos de alta entrada que induziam a valorizar o R\$; a outra parte vem das exportações.

**TABELA 62 – BRASIL: RESERVAS CAMBIAIS**  
(Em US\$ Milhões)

Período	Reservas Cambiais no Banco Central (*)	Variação Sobre o Período Anterior
2005	53.799	1,60
2006	85.839	59,60
2007	180.334	110,10
2008	193.783	7,46
2009	238.520	23,09
2010	288.575	0,82
2011	352.012	21,98
2012	379.095	7,69
2013	375.467	-0,97
2014	374.051	-0,38
2015	368.581	-1,46
Out	371.488	-0,07
Nov	369.123	-0,64
Dez	368.581	-0,15
2016	--	--
Jan	369.062	0,13
Fev	372.336	0,89
Mar	373.117	0,21
Abr	375.584	0,66
Mai	374.716	-0,23
Jun	376.424	0,46
Jul	376.058	-0,10
Ago	377.656	0,42
Set	377.730	0,02
Out	375.259	-0,65
Nov	372.905	-0,63

**Evolução das Reservas Cambiais (\*)**  
(US\$ milhões)



Fonte: www.bc.gov.br – (Economia e Finanças – Indicadores de conjuntura – Reservas Internacionais – Dados diários) (Consulta em 30/11/2016)

(\*) Reservas de 2016 referentes ao dia 28/11/2016. (\*\*\*) As Agências são: Fitch; Moody's; e Standart & Poor's.